

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 025/2024
Data: 11/04/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
ELIAS JÚNIOR É O NOVO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS PORTUÁRIOS E EMPREGO DE SANTOS	4
SECRETARIA NACIONAL DE HIDROVIAS É OFICIALIZADA PELO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	5
MANDA EMBORA O ARTUR!	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	7
PELO SEGUNDO MÊS CONSECUTIVO, A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS CONTEINERIZADAS APRESENTOU CRESCIMENTO	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
NOTA CONJUNTA - ASSINATURA DO ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O BRASIL E O REINO UNIDO	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	9
PRIMEIRA RELICITAÇÃO DE UM ATIVO FEDERAL NO PAÍS, CONCESSÃO DA BR-040/MG LEVARÁ MAIS CONFORTO E SEGURANÇA DE BH A JUÍZ DE FORA.....	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – A ROTA QUADRANTE RONDON	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	13
<i>Voos low cost 1</i>	13
<i>Voos low cost 2</i>	14
<i>Pernambuco Day 1</i>	14
<i>Pernambuco Day 2</i>	14
NACIONAL - SETOR DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DEBATE SOLUÇÕES PARA HIDROVIAS	14
PORTO DE SANTOS - MPOR ANUNCIA AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL PARA NOVO TERMINAL DE CONTÊINERES	16
REGIÃO SUDESTE - MINISTÉRIO PROMOVE LEILÃO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA DA BR-040 EM MINAS GERAIS.....	16
REGIÃO NORTE - ROTA PARA EXPORTAÇÃO À ÁSIA PELO NORTE FICARÁ PRONTA EM 2026.....	17
REGIÃO NORDESTE - PECÉM FECHA MAIS UM ACORDO PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO E AMÔNIA VERDES	19
REGIÃO SUL - AEROPORTO DE PORTO ALEGRE CRESCE 20% EM NÚMERO DE PASSAGEIROS INTERNACIONAIS	20
REGIÃO SUL - BR NO PR É INTERDITADA APÓS CAMINHÃO COM COMBUSTÍVEL PEGAR FOGO	21
MUDANÇAS CLIMÁTICAS - REGIÃO SUDESTE CONCENTRA MAIORIA DAS INTERDIÇÕES CAUSADAS POR FENÔMENOS CLIMÁTICOS	22
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	23
PORTO NEWS DEBATE O SETOR PORTUÁRIO COM DIRETOR-EXECUTIVO DO SOPESP E PRESIDENTE DO CONSELHO SANTOS EXPORT, RICARDO MOLITZAS	23
BUNGE PREVÊ EXPANDIR EM 140% PROGRAMA DE AGRICULTURA REGENERATIVA NO BRASIL	23
MPOR ASSINA PROTOCOLO PARA EXECUTAR AÇÕES PRIORITÁRIAS EM PORTOS E AEROPORTOS	25
PERNAMBUCO DAY, 1º PASSO PARA DESTRAVAR INFRAESTRUTURA NO PAÍS	26
HIDROVIAS: PRIORIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO É DISCUTIDA EM EVENTO EM BRASÍLIA	27
JORNAL O GLOBO – RJ.....	29
GOVERNADOR DO RIO DIZ QUE ÚNICA SAÍDA PARA RENEGOCIAR DÍVIDA DO ESTADO É O SUPREMO.....	29
ARGENTINA REDUZ TAXA DE JUROS DE 80% PARA 70%. MERCADO VÊ INFLAÇÃO CAINDO	30
LIGHT FECHA ACORDO COM CREDORES QUE SOMAM QUASE METADE DA DÍVIDA	31
PACHECO DEFENDE QUE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS TENHA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA COMO CONTRAPARTIDA	32
STF AUTORIZA COBRANÇA DE PIS/COFINS SOBRE RECEITA DE LOCAÇÃO.....	33
GOVERNO ESPERA LEILOAR RODOVIA DA MORTE, EM MINAS GERAIS, NO SEGUNDO SEMESTRE	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	35
QUAL A IMPORTÂNCIA E OS REFLEXOS DAS DECISÕES DA IMO PARA O BRASIL?	35
MEDIDA PROVISÓRIA PARA INTER VIR NO SETOR ELÉTRICO É HIPOCRISIA DO GOVERNO	36
JUIZ SUSPENDE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PETROBRAS POR CONFLITO DE INTERESSE.....	37
APERAM MANTÉM INVESTIMENTO CONGELADO NO BRASIL POR CONTA DAS IMPORTAÇÕES DE AÇO DA CHINA	38
A PEQUENA REVOLUÇÃO DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA: LIBERDADE DE ESCOLHA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	40
VALOR ECONÔMICO (SP).....	41
MARGEM DIREITA DO PORTO DE SANTOS PODE SER AMPLIADA, COM INCLUSÃO DA ‘VILA DOS CRIADORES’	41
COTADO PARA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA, MARCOS PEREIRA COMEMORA ANIVERSÁRIO COM PETISTAS, BOLSONARISTAS E MINISTROS DO STF.....	42



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 025/2024
Página 3 de 53
Data: 11/04/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

EXCLUSIVO: DEV MINERAÇÃO PLANEJA INVESTIR R\$ 1,7 BI PARA RETOMAR OPERAÇÕES DO PROJETO FERRO AMAPÁ	43
PORTAL PORTOS E NAVIOS	44
MOVIMENTAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO AUMENTA 20% NO PRIMEIRO TRIMESTRE	44
INTERNATIONAL AKZONOBEL REGISTRA PROCURA INTERNACIONAL POR TINTAS E REVESTIMENTOS DE EMBARCAÇÕES DURANTE A NAVEGISTIC NAVALSHORE AMAZÔNIA	45
PAINEL DISCUTE NAVEGABILIDADE NA AMAZÔNIA DURANTE A ESTIAGEM	46
EM UM ANO, ODIN MOTORES PROJETA DOBRAR FATURAMENTO NA REGIÃO NORTE	47
'BR DOS RIOS' DEVE SER 1º ANÚNCIO DA SNHN, AFIRMA DINO	48
SECRETARIA DE HIDROVIAS ENTRA EM VIGOR DIA 29 DE ABRIL	49
ÁREA PARA 'NOVO STS-10' SERÁ INCORPORADA À POLIGONAL DE SANTOS	50
ASIA SHIPPING ADQUIRE FATIA EM STARTUP E INCORPORA SOLUÇÕES COM IA	51
FALTA DE ORDENAMENTO HIDROVIÁRIO NO AMAZONAS É UMA REALIDADE QUE IMPACTA OPERAÇÕES E CRESCIMENTO DO SETOR	52
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	53
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	53



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ELIAS JÚNIOR É O NOVO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS PORTUÁRIOS E EMPREGO DE SANTOS

Advogado, diretor do Ciesp e ex-presidente do Camps, terá como missão principal fomentar projetos como Porto-Indústria

Por: *Rafael Motta*



Aos 41 anos, Elias Francisco da Silva Júnior levará experiência na advocacia e na formação de aprendizes
Foto: *Vanessa Rodrigues/ AT*

O advogado Elias Francisco da Silva Júnior, de 41 anos, é o novo secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos. Sua nomeação ocorreu ontem e estará publicada na edição de hoje do Diário Oficial do Município.

Elias Júnior substitui Bruno Orlandi, que pediu exoneração e deixou o cargo, na quinta-feira passada, para retomar o mandato na Câmara de Santos. Orlandi é pré-candidato à reeleição pelo PSD e precisava se desincompatibilizar do cargo no Executivo.

O prefeito Rogério Santos (Republicanos) afirma esperar que o novo titular use seus conhecimentos para a continuidade do desenvolvimento de projetos como o Porto-Indústria, considerado pelo chefe do Executivo “o grande desafio” no segmento.

“Há a possibilidade de termos uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação). É a característica do Elias, que esteve no conselho de várias empresas ligadas do Porto. Esta é a missão que dei a ele (de levar adiante o Porto-Indústria)”, diz o prefeito, que cita a pretensão de “fomentar a vinda de empresas e a geração de empregos”.

O chefe do Executivo espera que o estímulo e a concretização de uma relação mais próxima entre atividades portuárias e industriais leve à abertura de empregos na Cidade. Um dos campos nos quais há interesse é o de “produção de tecnologia”, levando em consideração a relação existente entre várias secretarias e a finalidade do Parque Tecnológico de Santos, instalado na Vila Nova.

“(O Parque) Também interfere na Economia Criativa, em uma indústria nova, verde, com desenvolvimento de projetos e processos. Como exemplos, há drones subaquáticos (embarcações não tripuladas de pequeno porte, tanto na superfície da água quanto submersas) para batimetria (medição de profundidades abaixo d’água) como para o combate ao tráfico de drogas”, exemplifica o prefeito santista.

Experiência

O novo secretário levará ao primeiro escalão da Prefeitura 20 anos de experiência como advogado. Deles, dez no setor portuário, para o qual prestou advocacia nos setores contencioso e regulatório, e cinco em indústrias, para as quais também atuou na área do Direito e tem exercido a diretoria Jurídica do Centro das Indústrias do Estado (Ciesp) em nível estadual.

Elias Júnior também foi presidente do Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional e Social (Camps) entre 2016 e 2020 e vice-presidente de 2020 a este ano. Ele permanece como voluntário na instituição, onde ocupa o cargo de diretor de Relações Institucionais.

O Camps, existente desde 1967 na Cidade, já formou mais de 120 mil aprendizes para encaminhamento ao mercado de trabalho. Mantém, hoje, convênios com cerca de 200 empresas e órgãos públicos, nos quais, de acordo com a entidade, atuam hoje mais de 900 jovens. “O Camps é meu projeto do coração. Continuo como voluntário”, diz o secretário de Assuntos Portuários e Emprego.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/04/2024

SECRETARIA NACIONAL DE HIDROVIAS É OFICIALIZADA PELO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

Ministro Silvio Costa Filho detalhará atribuições na tarde desta quinta-feira (11)

Por: Bárbara Farias



Transporte de carga na Hidrovia Tietê-Paraná: setor terá órgão exclusivo para projetos e tomadas de decisão
Foto: Estádio Conteúdo/ Chico Siqueira/ Arquivo

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) instituiu a nova Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação por meio do Decreto Federal 11.979, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de terça-feira (9). Os detalhes sobre o órgão subordinado ao MPor, como quem o comandará, serão revelados pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, nesta quinta-feira (11), às 15h, em Brasília.

Em evento realizado ontem no Distrito Federal, Costa Filho adiantou que a secretaria iniciará suas operações com três hidrovias como prioridade: Brasil-Uruguai, Rio Amazonas e Rio Tocantins. “A ideia é que façamos um amplo trabalho de forma conjunta com a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)”.

A Tribuna questionou o ministério sobre quem assumirá o comando da nova secretaria, mas nenhum nome foi confirmado. A Reportagem apurou que um nome analisado para o cargo é Dino Antunes Dias Batista, atual diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias.

Conforme o decreto, a nova secretaria será estruturada com dois departamentos, o de Gestão Hidroviária e o de Navegação e Fomento. O órgão assumirá, inclusive, o orçamento das obras hidroviárias, que até então era atribuição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), que continuará apenas como executor.

De acordo com o MPor, a secretaria terá como responsabilidades propor, implementar, monitorar e avaliar a política nacional de transportes, abrangendo os setores de hidrovias, instalações portuárias públicas de pequeno porte, bem como a navegação marítima e interior.

A primeira medida recente para alavancar o setor de hidrovias foi o lançamento do Plano Geral de Outorgas Hidroviário (PGO), em outubro de 2023. À época, a então secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, hoje secretária-executiva do MPor, apontou as hidrovias prioritárias ao setor nos próximos quatro anos e disse que a intenção é aumentar o percentual das hidrovias no transporte de cargas, atualmente restrito a 6%.

Especialistas

O especialista em Comércio Exterior, Direito Portuário, Marítimo e Aduaneiro Osvaldo Agripino afirmou que a nova Secretaria de Hidrovias é importante por reunir “as competências para a realização das políticas públicas que são importantes para o setor, além de fazer uma ponte das hidrovias com as instalações portuárias e com a parte da navegação tanto interior quanto de política de Marinha Mercante”.

Para o engenheiro civil João Gomes Ribeiro Neto, especialista em portos e vias navegáveis, o primeiro passo é “atualizar o banco de dados e mostrar as potencialidades, o que já funcionou, o que não funcionou e como fazer para revitalizar, precisa recuperar os acessos secundários”.

Ele lembrou do papel da Hidrovia do Paraná como importante corredor de exportação e de importação para o Brasil.

“Já foi a hidrovia do Mercosul, de Foz do Iguaçu até Três Lagoas, e hoje está parada. Ela já movimentou muito o Mercosul pelo Porto de Paranaguá e por Presidente Epitácio, por duas ferrovias que cortam São Paulo e estão sucateadas, que não levam mais mercadorias do Mercosul ao Porto de Santos, e nem o Mercosul está enviando cargas ao Porto de Paranaguá, através de Guaira e Santa Helena”.

O diretor-presidente da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport), Flávio Acatauassú, declarou que a nova secretaria é um marco ao setor.

“É inegável o potencial hidroviário brasileiro, e a criação da secretaria impulsionará o desenvolvimento do setor portuário e da navegação interior. Com a atuação do novo órgão, teremos mais investimentos em infraestrutura e a possibilidade de fortalecer a navegação no País”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/04/2024

MANDA EMBORA O ARTUR!

Os seres humanos possuem habilidades para desenvolverem o melhor de si, mas muitas vezes precisam redirecionar esforços

Por: Roberto Teller



Foto: Vanessa Rodrigues

Começo esta minha primeira coluna em A Tribuna com um agradecimento ao jornal, de grande prestígio em nossa comunidade portuária e em toda a Baixada Santista, a quem devo muito pelos meus anos de atuação em terminais portuários e no Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), que presidi durante um triênio, sendo sempre bem recebido. Meus textos serão focados em gestão portuária, tratando de temas como liderança, propósito, hard skills (formação), soft skills (posicionamento e

comportamento), KPIs (indicadores chaves de processos), metas e objetivos, entre outros.

Sobre o título deste texto, não se preocupe: o Artur é apenas um personagem fictício. Tenho uma certeza inabalável em algo que vai na contramão do que os executivos, de maneira geral, pensam: acredito que todos são insubstituíveis. Isso quebra o paradigma repetido desde que começamos nossa carreira profissional: “Todos são substituíveis, se não serve, troque logo o profissional”.

Sei que vocês devem pensar que quero apoiar aqueles que não produzem ou que vivem do assistencialismo de maneira geral, mas não é o caso, pois acredito na meritocracia como uma poderosa ferramenta de incentivo e que gera motivação, bem como alavanca os resultados das melhores empresas.

Todos os seres humanos possuem habilidades para desenvolverem o melhor de si, mas muitas vezes precisam redirecionar seus esforços, buscando atingir seus maiores potenciais. Uma função

primordial de qualquer líder é entender quais são os principais gaps (lacunas) e aprimorar o colaborador por meio de capacitações, formações, direcionamento e muito feedback (devolutiva).

Essas conversas, em especial, podem ser semanais - através do one-to-one (individuais) -, mensais, bimestrais ou trimestrais, buscando desenvolver todas as necessidades para que o profissional liderado busque seguir em direção a seus objetivos, perseguindo suas metas. O dia a dia extremamente atribulado do líder muitas vezes o faz querer substituir o liderado, caso este não esteja performando nem entregando metas estabelecidas em acordo nos orçamentos anuais.

Trata-se de um problema muito comum, mas é preciso pensar que se torna muito oneroso a qualquer empresa contratar, demitir e recontratar outro profissional. Além, é claro, do fato do colaborador levar um tempo de curva de aprendizado de suas funções e da cultura da empresa, entrando assim muitas vezes em um ciclo vicioso.

Quando o líder entende quais são as melhores habilidades de cada um de seus liderados, deve desenvolver através de PDIs (planos de desenvolvimentos individuais) o melhor para cada um dos seus profissionais do time. Com isso, todos começam a se motivar mais, uma vez que entendem que estão preenchendo as lacunas desenvolvendo suas melhores habilidades, bem como por meio de processos como esses seus comportamentos e posicionamentos perante a empresa e o líder se modificam completamente.

A motivação é sempre aquilo que te move para a ação, individualmente. Quanto melhores forem as condições, o ambiente e a cultura, melhores serão todos os resultados. Antes de demitirem o Artur, tentem entendê-lo e ajudá-lo. Verão como isso transforma a vida de vocês, do Artur e da empresa!

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/04/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PELO SEGUNDO MÊS CONSECUTIVO, A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS CONTEINERIZADAS APRESENTOU CRESCIMENTO

Movimentação de contêineres cresceu 29,19% em comparação com fevereiro de 2023. Cargas sólidas e líquidas também tiveram aumento



Na imagem Porto de Santos. Em fevereiro, o porto foi responsável por 33% de toda a movimentação portuária pública do mês

Brasília, 11/04/2024 - O setor portuário apresentou um crescimento de 11,44% em fevereiro deste ano, segundo os dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Esse crescimento foi puxado principalmente por cargas containerizadas, com destaques também para os crescimentos de granéis

sólidos e líquidos.

Durante o mês, foram movimentados 99,83 milhões de toneladas de cargas. No mesmo período de 2023 a movimentação havia atingido 89,58 milhões de toneladas. Entre os destaques estão o minério de ferro (+17,85%), o petróleo e derivados (+16,23%) e a soja (+19,70%).



Em relação às cargas containerizadas, a movimentação atingiu 11,2 milhões de toneladas, um aumento de 29,19% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 1 milhão TEUs, com crescimento de 24,5% em fevereiro de 2024. Desse total, 7,7 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 3,4 milhões por cabotagem.

Retomada da movimentação de contêiner

Com base no histórico da movimentação de contêineres dos últimos quatro anos, sinaliza-se uma retomada da atividade.

Após dois anos de queda e estagnação, a movimentação de contêineres retoma e supera a performance observada em 2021, ano de pandemia em que o transporte de mercadorias via contêiner foi significativo.

Nestes meses de janeiro e fevereiro de 2024 acumulados, observa-se um crescimento de 18% na cabotagem de contêiner, comparado a 2023. E não se trata de um efeito pontual. Essa movimentação mais acentuada é apresentada em diversos portos do país.

Dos produtos que tiveram maior movimentação, destacam-se algodão, açúcar, café, bem como compostos químicos.

Mais dados de movimentação

Os graneis sólidos, que representam 58,1% do total de tudo que é movimentado pelos portos, apresentaram crescimento de 11,48% frente a fevereiro de 2023. Foram 58 milhões de toneladas registradas em fevereiro deste ano, com destaque para os dois principais graneis, minério de ferro e soja.

Graneis líquidos também apresentaram alta, que atingiu 7,47% em comparação com o mesmo mês de 2023. Por sua vez, as cargas gerais apresentaram um recuo de 1,53% durante o mês frente a fevereiro do ano passado.

Navegação

A movimentação de cargas de longo curso foi de 69,1 milhões de toneladas no segundo mês de 2024, apresentando crescimento de 13,59% em comparação com o mesmo período do ano passado, principalmente pelas exportações, que cresceram 15,11%, enquanto as importações cresceram 6,87%.

A cabotagem, após leve queda em janeiro, apresentou uma alta de 11,08% em comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo uma movimentação de 23,87 milhões de toneladas.

Já a cabotagem de contêineres cresceu 31,73% em comparação com fevereiro de 2023, em um indício de que o setor pode voltar a apresentar crescimento de dois dígitos no ano de 2024.

A navegação interior, no entanto, decresceu 5,27% em fevereiro, atingindo uma movimentação de 6,68 milhões de toneladas. Do mesmo modo, houve recuo nas operações de carga feitas em apoio portuário (-9,42%) e marítimo (-3,53%).

Terminais Privados

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) registraram 66,14 milhões de toneladas em fevereiro de 2024. O número representa um aumento de 10,89% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Já o destaque percentual entre os cinco TUPs que mais movimentaram no mês fica para o terminal Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), que registrou crescimento de 14,28%, com 10,65 milhões de toneladas movimentadas.

Portos Públicos

Os portos públicos movimentaram 33,69 milhões de toneladas no segundo mês de 2024. O número representa aumento de 12,55% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O porto de maior movimentação no mês foi o de Santos, com 11,11 milhões de toneladas, registrando um aumento de 32,42% frente ao mesmo período de 2023. O porto foi responsável por 33% de toda a movimentação portuária pública do mês.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 11/04/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

NOTA CONJUNTA - ASSINATURA DO ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O BRASIL E O REINO UNIDO



- Foto: Márcio Batista/MRE Brasil

Foi assinado hoje (10) pela ministra, substituta, das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha, e pela Embaixadora do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil, Stephanie Al-Qaq, o novo Acordo sobre Serviços Aéreos entre os dois países.

Fruto de trabalho conjunto entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o novo acordo prevê que as empresas aéreas brasileiras e britânicas poderão determinar livremente a oferta de voos bilaterais para passageiros e carga.

Ao atualizar o marco legal bilateral de 1946, o novo acordo contempla o direito de transportar passageiros e carga entre os territórios do Brasil e do Reino Unido e o território de um terceiro Estado, em voos com origem ou destino aos países signatários (direitos conhecidos no setor como “Quinta Liberdade do Ar”).

O acordo amplia, além disso, a permissão para operações de serviços cargueiros, possibilitando que as empresas aéreas dos dois países realizem transporte de carga internacional sem a exigência de que a operação se inicie ou termine no país de origem da empresa (“Sétima Liberdade do Ar”).

O novo acordo, que será encaminhado para apreciação pelo Congresso Nacional, oferecerá maior segurança jurídica para empresas que operem rotas entre o Brasil e o Reino Unido, contribuindo para aumentar o fluxo bilateral de comércio e de turismo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/04/2024

PRIMEIRA RELICITAÇÃO DE UM ATIVO FEDERAL NO PAÍS, CONCESSÃO DA BR-040/MG LEVARÁ MAIS CONFORTO E SEGURANÇA DE BH A JUIZ DE FORA

Essa também foi a primeira concessão rodoviária do ano e a mais concorrida desde 2018. Consórcio Infraestrutura MG, do grupo EPR, ofereceu desconto de 11,21% sobre tarifa mínima e investirá R\$ 8,7 bilhões em novas obras e serviços operacionais

A estudante Maria Carolina Rodrigues, 45 anos, mora na capital de Minas Gerais e percorre a BR-040/MG ao menos uma vez por mês, há 18 anos, para visitar a família em Juiz de Fora. Ela conta que a atual concessionária da rodovia até implantou melhorias, mas não foi suficiente: “O que eu mudaria é a duplicação de toda a estrada e a colocação de acostamento também, que não tem na maior parte da via. Uma vez nosso carro quebrou de noite e nós ocupamos a pista onde normalmente sobem muitos caminhões. Ficamos com muito medo de um acidente grave”.

Para mudar essa realidade, o Ministério dos Transportes promoveu nesta quinta-feira (11) o primeiro leilão de concessão rodoviária de 2024, que abrange o trecho Belo Horizonte-Juiz de Fora da BR-040. Com quatro concorrentes, essa foi a disputa mais acirrada pela gestão de uma estrada federal desde 2018: o consórcio Infraestrutura MG, do Grupo EPR, venceu o leilão e será responsável pela administração e modernização da via pelos próximos 30 anos. O desconto sobre a tarifa básica de pedágio apresentado foi de 11,21%

O ministro dos Transportes, Renan Filho, lembrou que desde que a Lei de Relicitações foi editada, em 2017, esta é a primeira vez que o Governo Federal conclui um processo de relicitação de uma concessão; realizando outro leilão para escolha de nova operadora para administrar o ativo. “Estamos muito felizes. É o terceiro leilão da atual gestão e do Novo PAC e a primeira relicitação, em que transformaremos um contrato com obras paradas e sem investimento em uma rodovia que cresce e promove desenvolvimento”, destacou.

Sobre a necessidade de retomar os investimentos público e privados em infraestrutura no Brasil, e assegurar qualidade da malha rodoviária e dos serviços prestados à população, o ministro ressaltou: “Nós precisamos acelerar o passo, ter credibilidade, ter contratos bem-feitos, com segurança jurídica, agir com transparência, para que sejamos capazes de atrair o capital privado, inclusive internacional.”

Modernização da via



O trecho mineiro da BR-040 é a segunda concessão federal que o grupo EPR vai assumir: em setembro de 2023, sagrou-se vencedor do leilão do lote 2 do Paraná. A nova concessionária terá que investir, durante o contrato, em torno de R\$ 8,7 bilhões na modernização da estrada federal leiloada



nesta quinta, somando-se novas obras para ampliação da capacidade e dos níveis de segurança da via aos serviços operacionais previstos.

Ao todo, as obras na BR-040/MG vão beneficiar cerca de 3,6 milhões de pessoas que circulam pela região impactada, a qual soma 15 municípios mineiros. A cidade de Juiz de Fora, com 541 mil habitantes, por exemplo, faz parte do eixo industrial das cidades próximas à BR-040, sendo polo de fabricação de alimentos e bebidas, produtos têxteis, produtos de metal, mobiliário e montagem de veículos.

A estimativa é a de que as obras de ampliação da capacidade e de serviços aos usuários e de negócios relacionados a essas intervenções gerem cerca de 72 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda na área de influência do segmento concedido.

Nos sete primeiros anos, a nova concessionária deverá implantar as obras de ampliação da capacidade da BR-40, incluindo duplicação (163km), faixas adicionais (42,2km) e marginais (15,4km).

Esperança

Usuário frequente da rodovia, o motorista carreteiro Sérgio Henrique da Silva, 53 anos, comemora a implantação de um ponto de parada de caminhoneiro na estrada federal, uma medida importante em seu cotidiano. “Eu costumo utilizar esses pontos. Hoje mesmo vou usar um na rodovia Anchieta. Quanto mais lugares a gente tiver com infraestrutura de banho e alimentação, melhor”, analisa o trabalhador, que é natural de Itaúna (MG) e morador de Divinópolis (MG).

“Há um fluxo de gente que caminha e pedala na 040. A falta de acostamento faz com que essas pessoas disputem espaços com caminhões numa estrada cheia de curvas fechadas”, avalia a estudante Maria Carolina Rodrigues. Para atender essa demanda da população, a nova concessionária também deverá incluir, entre as melhorias, a instalação de oito passarelas para pedestres; 14,23 km de ciclovias e 57 pontos de ônibus, além de executar 34 correções de traçado e implantar 11 passagens de fauna.

Parceria

A concessão da BR-040 faz parte do Novo PAC e aplica dispositivos previstos na nova modelagem de concessões rodoviárias desenvolvida pelo Ministério dos Transportes. O modelo tem como característica a garantia de tarifas mais justas de pedágio associadas às melhorias e intervenções nos trechos concedidos.

“A população mineira demanda rodovias de qualidade e tarifas de pedágio justas. Isso será possível em grande parte, devido ao novo modelo de concessões que adotamos”, avaliou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

A secretária nacional de Transporte Terrestre, Viviane Esse, explica que a intenção do Governo Federal é modernizar as rodovias para reduzir o custo de transporte. “A gente gasta muito transportando quando a rodovia não é boa ou quando ela não é segura. Então a gente consegue, reduzindo o custo de transporte, oferecer produtos mais baratos na mesa dos brasileiros”, reforçou.

“O leilão competitivo e participativo é a prova cabal de que ter tido 100% de sucesso e aproveitamento. Para os investidores rodoviários que estão em Minas Gerais, para quem perdeu o de hoje ou está avaliando [participar de outras disputas], pode se preparar que teremos muitos leilões em breve”, destacou o diretor-presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale.

Leilões à vista

A nova política de concessões rodoviárias, lançada em 2023 pelo Ministério dos Transportes, avançou na padronização dos projetos a fim de oferecer mais segurança jurídica e atratividade para novas empresas participarem dos certames na área de infraestrutura de Transportes.



Com a nova modelagem, foi possível levar a leilão dois lotes de rodovias no Paraná em 2023 e prever a realização de 13 certames em 2024, incluindo o desta quinta-feira. Juntos, os leilões deste ano somam cerca de R\$ 122 bilhões em investimentos privados nas rodovias federais durante a duração dos contratos. Confira os leilões previstos para este ano:

BR-381/MG – Belo Horizonte-Governador Valadares

304 km de extensão
R\$ 10 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BR-262/MG – Uberaba-Betim

438,9 km de extensão
R\$ 7,9 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BR-040/MG/RJ – Juiz de Fora (MG)-Rio de Janeiro (RJ)

217,6 km de extensão
R\$ 9 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BRs-369/373/376/PR e PRs-170/232/445/090 – Lote 3 do Paraná

569,2 km de extensão
R\$ 13,5 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BRs-163/277/PR e PRs-158/180/182/280/483 – Lote 6 do Paraná

656,3 km de extensão
R\$ 14,8 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BR-153/262/GO/MG

530,6 km de extensão
R\$ 9,4 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BR-364/GO/MT – Rio Verde (GO)-Rondonópolis (MT)

502,8 km de extensão
R\$ 5,5 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BR-040/MG/GO

595 km de extensão
R\$ 10,6 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BR-070/174/364/MT/RO – Vilhena (RO)-Cuiabá (MT)

887,6 km de extensão
R\$ 7,7 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- GO-020/060/070/080

572,9 km de extensão
R\$ 10,7 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BR-364/RO – Porto Velho-Vilhena



729 km de extensão
R\$ 8,2 bilhões em investimentos e serviços operacionais

- BR-060/452/GO – Rio Verde-Goiânia-Itumbiara

452,7 km de extensão
R\$ 6,3 bilhões em investimentos e serviços operacionais

Confira mais fotos em nossa galeria:

<https://www.flickr.com/photos/mtransportes/53647006023/in/album-72177720316140142>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/04/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A ROTA QUADRANTE RONDON

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A concretização da Rota Quadrante Rondon é um marco crucial para os exportadores brasileiros, possibilitando uma via direta do Brasil para o Pacífico e, conseqüentemente, para os mercados asiáticos. Através dessa rota, os embarques de produtos nacionais para o Extremo Oriente serão agilizados, reduzindo significativamente os custos logísticos e o tempo de exportação e, como resultado, ampliando a competitividade dessas mercadorias no cenário internacional.

Para viabilizar essa saída estratégica para o Pacífico, a integração do Brasil com os demais países da América do Sul é fundamental. As obras de infraestrutura previstas nesse projeto de integração continental abrirão novas oportunidades de comércio e fortalecerão os laços comerciais entre os países da região.

Além disso, a conclusão das obras relacionadas à Quadrante Rondon trará inúmeros benefícios socioeconômicos para as regiões envolvidas, gerando empregos, renda e fomentando a produção local. O estado do Acre, em particular, será diretamente beneficiado por essa rota, que proporcionará uma conexão vital com os portos do Peru e, conseqüentemente, com o mercado asiático.

É crucial que o governo brasileiro mantenha seu compromisso com o desenvolvimento dessas infraestruturas, garantindo os investimentos necessários para concluir esses projetos dentro do prazo estabelecido. Além disso, a cooperação regional e a utilização de recursos orçamentários e financeiros disponíveis serão essenciais para o sucesso desse empreendimento.

Nesse cenário, a Rota Quadrante Rondon representa não apenas uma oportunidade para os exportadores brasileiros alcançarem novos mercados, mas também um passo importante na promoção da integração regional e no desenvolvimento socioeconômico das áreas envolvidas. É um investimento estratégico que contribuirá para o crescimento e a competitividade do Brasil no cenário global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

VOOS LOW COST 1

Governadores de estados da Região Norte estudam reduzir a carga tributária, especialmente a incidência do ICMS, no transporte aeroviário, de modo a atrair o serviço de companhias aéreas low cost ao Brasil. A iniciativa foi destacada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, na

manhã dessa quarta-feira, dia 10, em Brasília, durante evento para anúncio da retomada de voos da companhia aérea Azul para Roraima. Segundo o titular da pasta, a diminuição da alíquota do ICMS é uma das soluções para fortalecer a aviação no Norte, que registra uma baixa atividade do modal aeroviário, em relação às demais regiões do País.

VOOS LOW COST2

Segundo Costa Filho, “governadores de Roraima, Rondônia e Tocantins estão abrindo diálogo com o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal) para reduzir ainda mais o ICMS nos seus Estados para ajudar a trazer mais voos de low cost e trazer também as companhias aéreas aqui do Brasil”. E completou: “Há o foco do Ministério de poder ampliar as rotas de voos do norte do Brasil. O Brasil tem uma dívida histórica com a aviação do Norte”

PERNAMBUCO DAY 1

Também nessa quarta-feira, dia 10, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, apresentou ações e investimentos do Governo Federal e da iniciativa privada para o desenvolvimento de Pernambuco, seu estado natal. A exposição ocorreu durante o Pernambuco Day, evento organizado pela Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA) e pelo Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), em Brasília. Nessa agenda, Costa Filho ainda assinou um protocolo de intenções que estabelece ações prioritárias de fomento aos setores de infraestrutura aeroportuária e aquaviária no País.

PERNAMBUCO DAY 2

Em relação aos projetos para Pernambuco, Costa Filho destacou aqueles voltados ao modal aeroportuário. “A gente está fazendo um conjunto de investimentos da primeira etapa do aeroporto de Recife, que foi apontado como um dos melhores do mundo. Vamos crescer também no transporte de cargas aéreas, por conta do setor de serviço da região metropolitana de Pernambuco tem crescido bastante”, destacou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024

NACIONAL - SETOR DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DEBATE SOLUÇÕES PARA HIDROVIAS

Autoridades e especialistas repercutiram a recente criação de uma secretaria voltada para o modal
Por [YOUSEFE SIPP \[yousefe.sipp@redenenews.com.br\]\(mailto:yousefe.sipp@redenenews.com.br\)](mailto:yousefe.sipp@redenenews.com.br)



O evento, organizado pela Frenlogi, em conjunto com o Instituto Brasil Logística e contou com a presença da secretária-executiva do Ministério de Portos, Mariana Pescatori (Foto: Divulgação/Frenlogi)

Autoridades e representantes do setor logístico do país se reuniram na quarta-feira, dia 10, em Brasília (DF), para discutir a importância das hidroviás como um modal estratégico para a infraestrutura nacional. O evento, organizado pela Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), em conjunto com o Instituto Brasil Logística (IBL), debateu a criação da Secretaria Nacional de Hidroviás e Transportes Aquaviários.

Conforme noticiado pelo BE News, o Decreto Nº 11.979, publicado na edição de terça-feira (9) do Diário Oficial da União, aprovou a estrutura regimental e o remanejamento de funções para a criação do novo braço do Ministério de Portos e Aeroportos, além de converter cargos comissionados em funções de confiança da pasta.



O presidente da Frenlogi, senador Wellington Fagundes (PL-MT), comemorou o decreto e enfatizou a importância de adaptar as embarcações de maneira eficiente e sustentável, aproveitando os avanços tecnológicos atuais para melhorar o transporte. Segundo o parlamentar, a novidade tem potencial de reduzir custos e aumentar a lucratividade dos produtores por meio das hidrovias, modal com melhor custo-benefício econômico em relação aos demais.

A TV BE NEWS TRANSMITE HOJE DOIS EVENTOS AO VIVO. ÀS 14 HORAS SERÁ REALIZADO NA B3, A BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO, O LEILÃO DE CONCESSÃO DA BR-040, NO TRECHO ENTRE BELO HORIZONTE E JUIZ DE FORA, EM MINAS GERAIS. E ÀS 15 HORAS, NO AUDITÓRIO DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS, EM BRASÍLIA, TEM INÍCIO A CERIMÔNIA DE CRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE HIDROVIAS E NAVEGAÇÃO. PARA ASSISTIR, BASTA ACESSAR O CANAL DO BE NEWS NO YOUTUBE (@TV_BENEWS) OU O PORTAL (WWW.PORTALBENEWS.COM.BR)

O Brasil ainda é um país muito rodoviário, grande parte da nossa carga se dá através das rodovias, e isso tem um custo muito alto, além do desperdício e acidentes. Nós precisamos buscar alternativas”, afirmou Fagundes.

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, afirmou que uma das missões da pasta nos próximos quatro anos é fomentar o modal hidroviário. Pescatori destacou os investimentos públicos recentes no setor, mencionando que foram destinados \$650 milhões em 2023, e para este ano, está previsto um aporte de R\$700 milhões.

“A gente sabe o quanto é importante para o país não só em termos de movimentação de cargas, já que o modal é mais eficiente, mas também energeticamente. A gente está pensando em políticas de descarbonização do setor, por isso estamos discutindo com a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) as concessões hidroviárias e por que não falar em créditos de carbono? para que a gente possa tornar essas construções hidroviárias mais viáveis”, disse.

Sobre os modelos que podem ser adotados, a nova secretaria deve iniciar as operações com três hidrovias como prioridade: Brasil-Uruguaí, Rio Amazonas e Tocantins. Quanto às concessões, cinco estão previstas até 2026.

Novo secretário

O nome do novo secretário deve ser anunciado esta semana, sendo o mais cotado o atual diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias, Dino Antunes Dias Batista, que participou do evento. No encontro, ele expressou estar animado em contribuir com as pautas já em andamento por meio da nova pasta ministerial.

“Quando você realmente coloca um tema no nível de secretaria, é quando você sinaliza para toda a Esplanada e para todo o Congresso que realmente quer dar foco e importância”, declarou Dino.

O presidente do IBL, Ricardo Molitzas, destacou a importância das hidrovias para o progresso econômico e social do país, ressaltando o potencial das redes pluviais. Molitzas também enfatizou a importância de impulsionar investimentos e competitividade na logística brasileira. “Para que este potencial seja plenamente explorado, é necessário que trabalhemos juntos, unindo os esforços do setor público e privado”.

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião, esteve presente no evento representando o grupo, ao lado de outras autoridades, como o senador Romero Jucá (MDB-RR), o deputado Sidney Leite (PSD-AM), a ex-senadora Kátia Abreu e o diretor-executivo do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso, Edeon Vaz Ferreira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024

PORTO DE SANTOS - MPOB ANUNCIA AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL PARA NOVO TERMINAL DE CONTÊNERES

Espaço da chamada Vila dos Criadores agora será projetado para futuro terminal nos mesmos moldes do STS 10

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebnews.com.br



A Vila dos Criadores, com uma área total de 420 mil m², fica junto ao Rio Casqueiro, no limite dos municípios de Santos e Cubatão, entre o estuário e a Via Anchieta

A Autoridade Portuária de Santos (APS) anunciou que o Ministério de Portos e Aeroportos confirmou a ampliação da poligonal do Porto de Santos, no litoral paulista, com a inclusão da área conhecida como Vila dos Criadores, localizada na margem direita do complexo marítimo. De acordo com a APS, o espaço,

considerado o último disponível para expansão no lado de Santos, será usado para a construção de um novo terminal de contêineres, nos mesmos moldes projetados para o STS 10.

A decisão foi tomada nesta quarta-feira (10 de abril) durante reunião do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, com o presidente da APS, Anderson Pomini.

O ministro destacou que a inclusão da área, que pertence ao Município de Santos, a Poligonal do Porto atende as necessidades de expansão do maior porto do país. “Todos ganham, a comunidade e todo o setor de logística portuária brasileiro”, ressaltou Costa Filho.

Já Pomini destacou que a medida revela uma visão do Porto como um todo e não apenas com um tipo de carga.

“Ficou clara a preocupação do ministro e da gestão atual com a necessidade de aumento da capacidade de contêineres, já que faremos adensamentos na BTP e na Santos Brasil, como também buscamos aprimorar a relação Porto-Cidades, com a transferência do terminal de cruzeiros, o Concais, para trecho do Ecoporto, integrando ao Parque Valongo”, afirmou Pomini.

A Vila dos Criadores, com uma área total de 420 mil m², fica junto ao Rio Casqueiro, no limite do município de Santos com Cubatão, entre o estuário e a Rodovia Anchieta, no bairro Alemoa. No local há uma ocupação irregular, com cerca de 9 mil pessoas, que serão transferidas para residências adequadas, condição essa que fará parte da contrapartida exigida do futuro arrendatário da última área não explorada da margem direita do Porto.

Além da disponibilização de conjunto habitacional para as pessoas que moram no local, a desocupação vai permitir também a solução de um passivo ambiental, de um antigo depósito de lixo que havia na área.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024

REGIÃO SUDESTE - MINISTÉRIO PROMOVE LEILÃO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA DA BR-040 EM MINAS GERAIS

Estão previstas melhorias e duplicações no trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Nesta quinta-feira (11), o Ministério dos Transportes vai promover o primeiro leilão de concessão rodoviária do ano, na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3. Trata-se da BR-040, no trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, em Minas Gerais.



O trecho da BR-040 tem 232 quilômetros de extensão e será concedido por 30 anos. Durante esse período, a vencedora do leilão deverá investir em torno de R\$ 8,7 bilhões (Foto: Divulgação/ANTT)

O segmento tem 232 quilômetros de extensão e será concedido por 30 anos. Durante esse período, a vencedora do leilão deve investir em torno de R\$ 8,7 bilhões em novas obras e implantação de serviços que elevem os padrões operacionais e de segurança da rodovia. O critério de julgamento do leilão será o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio.

A TV BE NEWS TRANSMITE HOJE DOIS EVENTOS AO VIVO. ÀS 14H, EM SÃO PAULO, O LEILÃO DE CONCESSÃO DO TRECHO DA BR-040 EM MINAS GERAIS. E ÀS 15H, EM BRASÍLIA, A CERIMÔNIA DE CRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE HIDROVIAS E NAVEGAÇÃO. PARA ASSISTIR, BASTA ACESSAR O CANAL DO BE NEWS NO YOUTUBE (@TV_BENEWS) OU O PORTAL BE NEWS (WWW.PORTALBENEWS.COM.BR)

O edital de licitação do trecho estima que o vencedor assume uma série de compromissos. Entre eles, o aumento de capacidade, aprimoramento de serviços e adoção de tecnologia. A expectativa é de que as intervenções melhorem a segurança, a eficiência e a fluidez viária.

O edital também prevê intervenções tecnológicas estabelecendo a implantação de novos sistemas envolvendo iluminação, análise de tráfego e detecção de incidentes.

O contrato de concessão a ser assinado pelo vencedor da licitação trará ainda a possibilidade de migração para o sistema de livre passagem (free flow) ao longo dos anos. Trata-se de uma tecnologia para cobrança sem cancela, permitindo maior fluidez no trânsito já que as praças de pedágio são desativadas.

De acordo com o Ministério dos Transportes, trata-se do certame com o maior número de concorrentes, com quatro, desde 2018. Entre as autoridades que estarão presentes estão o ministro Renan Filho, o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro; a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse; e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale.

O leilão terá início a partir das 14h e terá transmissão ao vivo e com imagens pela TV BE News, através de seu canal no Youtube (@tv_benews).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024

REGIÃO NORTE - ROTA PARA EXPORTAÇÃO À ÁSIA PELO NORTE FICARÁ PRONTA EM 2026

Para o Governo, a Rota Quadrante Rondon, no Acre, além de outras de integração sul-americana, vão expandir o comércio exterior

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br

A Rota Quadrante Rondon, fundamental para conectar o Norte brasileiro aos portos do Peru, através do Acre, ficará pronta até 2026, segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento.

A rota é formada pelos estados do Acre e Rondônia e por toda a porção oeste de Mato Grosso, conectada com Bolívia e Peru. Faz parte das cinco rotas do projeto de Integração Sul-Americana, que envolvem todos os Estados que fazem fronteiras com outros países latinos.



Em visita ao Acre, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, detalhou as três obras no Brasil e o porto de Chancay, no Peru, que tem inauguração prevista para novembro

A ideia é fortalecer e diminuir o tempo de exportação e importação de produtos principalmente para países da Ásia, cuja China é o maior comprador. A redução pode chegar a três semanas, segundo o ministério.

“Essas obras significam emprego, renda e produção para os acreanos. E as rotas que envolvem o Acre

estarão prontas até final de 2026, com exceção da ponte em Rondônia”, afirmou a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, em visita ao Estado na última terça-feira (9).

O Acre é diretamente beneficiado pela Quadrante Rondon, que proporciona uma rota para o Pacífico através dos portos do Peru. Com nove obras relacionadas à integração previstas no Novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o estado se torna parte crucial dessa iniciativa.

Em todo o País, são cinco rotas, que cortam 11 estados brasileiros. O projeto das rotas conta com recursos orçamentários no Brasil, além de US\$ 10 bilhões disponibilizados pelo BNDES e bancos regionais de desenvolvimento. Esses fundos não só apoiam as obras no Brasil, mas também podem contribuir para projetos nos países sul-americanos, promovendo a cooperação regional.

Tebet também detalhou as três obras no Brasil e o porto de Chancay, no Peru (inauguração prevista para novembro), que tornarão a saída acreana para o Pacífico realidade.

O contorno de Brasília (cuja licitação deve ser lançada até o mês que vem), a conclusão de duas pontes na BR-245 (inauguração no segundo semestre) e a ponte de Guajará-Mirim, em Rondônia (já em processo de licitação) são obras do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As duas primeiras somam R\$ 24 milhões e a ponte representa um investimento federal de R\$ 430 milhões. “Essas obras significam emprego, renda, produção para os acreanos. E as rotas que envolvem o Acre estarão prontas até final de 2026, com exceção da ponte em Rondônia”, disse a ministra.



Manta-Manaus

Em visita a Tabatinga, no Amazonas, na última terça-feira (9), a ministra Simone Tebet disse que a rota multimodal Manta-Manaus está quase pronta. “Essa rota está quase pronta. O que falta para que ela possa ser uma alternativa para escoar produtos da Zona Franca e do Amazonas, é uma alfândega na cidade fronteiriça”, contou.

Tebet apresentou o projeto das cinco rotas Sul-Americanas e destacou que, ainda que a rota 2 faça a conexão entre Manaus e o porto de Manta, no Equador, o Amazonas também se beneficia das rotas 1 (saída para o Norte) e 3, que garante o acesso ao Porto de Chancay, no Peru. “Cada rota tem suas dificuldades e deficiências, mas são factíveis”, explicou a ministra.

“Estamos falando, nas rotas, de um conjunto de obras rodoviárias, ferroviárias, portos e aeroportos, mas também de fibra ótica, para melhorar o acesso

á internet, e também de alfândega”, concluiu.

CONHEÇA AS CINCO ROTAS:

1) Rota da Ilha das Guianas, que inclui integralmente os estados de Amapá e Roraima e partes do território do Amazonas e do Pará, articulada com a Guiana, a Guiana Francesa, o Suriname e a Venezuela;

2) Rota Multimodal Manta-Manaus, contemplando inteiramente o estado Amazonas e partes dos territórios de Roraima, Pará e Amapá, interligada principalmente por via fluvial à Colômbia, Peru e Equador;

3) Rota do Quadrante Rondon, formado pelos estados do Acre e Rondônia e por toda a porção oeste de Mato Grosso, conectada com Bolívia e Peru;

4) Rota de Capricórnio, desde os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, ligada, por múltiplas vias, a Paraguai, Argentina e Chile; e

5) Rota Porto Alegre-Coquimbo, abrangendo o Rio Grande do Sul, integrada à Argentina, Uruguai e Chile.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024



REGIÃO NORDESTE - PECÉM FECHA MAIS UM ACORDO PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO E AMÔNIA VERDES

Complexo firma pré-contrato com empresa francesa, projetando um investimento de US\$ 3 bilhões
Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebnews.com.br



Da esquerda para a direita: Robert Klein, diretor da Voltalia na América Latina, o governador do Ceará, Elmano de Freitas, e o presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueiredo (Foto: Divulgação/Governo do Ceará)

O Governo do Ceará assinou o sexto pré-contrato para a produção de hidrogênio e amônia verdes no estado. O vínculo foi firmado entre o Complexo do Pecém e a empresa francesa Voltalia do Brasil. A projeção de investimento é de US\$ 3 bilhões (cerca de R\$ 15 bilhões), com expectativa para geração de 5 mil empregos na fase de implantação do empreendimento, que será estabelecido no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Até o momento, foram assinados outros cinco pré-contratos (AES, Casa dos Ventos, Cactus Energia, Fortescue e uma outra empresa que pediu sigilo) e 36 Memorandos de Entendimento (MoU), todos com o objetivo de produzir e também exportar hidrogênio verde.

O presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueiredo, disse que está muito feliz em anunciar mais um pré-contrato para o hub de hidrogênio verde. “Cada memorando que se converte em pré-contrato é uma confirmação de que nosso projeto é robusto e tem muito potencial. Vamos continuar trabalhando para que mais pré-contratos saiam durante este ano de 2024”, disse.

Para o presidente da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) Ceará, Hélio Winston Leitão, a assinatura de mais um pré-contrato é um passo importante para a consolidação do Hub de

Hidrogênio Verde. “Nosso maior desafio é concretizar esses grandes investimentos e consolidar o estado do Ceará como referência nesse mercado da economia verde. Com o pré-contrato, a Voltalia garante uma reserva de área no Setor 2 da ZPE e pode dar sequência aos próximos passos para a obtenção das respectivas licenças necessárias para a efetiva implementação do projeto”, conta.

O governador do estado, Elmano de Freitas (PT) destacou a importância de trazer cada vez mais empresas para produzir hidrogênio verde no Ceará. “Tenho trabalhado para viabilizar a infraestrutura e a logística para atrair essas empresas para o Porto do Pecém. Cada memorando que se consolida como um pré-contrato assinado confirma que nosso projeto de fortalecer ainda mais o setor de energias renováveis está no caminho certo”, ressaltou.

Estabelecida no Brasil desde 2006, a Voltalia do Brasil é uma subsidiária do grupo francês Voltalia, que possui presença em 20 países e se dedica ao desenvolvimento de projetos e à produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Atualmente, a Voltalia do Brasil opera mais de 1.500 MW de parques eólicos e solares, concentrados principalmente na região Nordeste.

“Acreditamos firmemente que o Porto de Pecém pode ser um vetor para o sucesso deste novo mercado, podendo proporcionar uma infraestrutura e logística favoráveis para o desenvolvimento dessa indústria promissora”, concluiu o diretor da Voltalia na América Latina, Robert Klein.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024

REGIÃO SUL - AEROPORTO DE PORTO ALEGRE CRESCE 20% EM NÚMERO DE PASSAGEIROS INTERNACIONAIS

No primeiro trimestre deste ano, terminal da capital gaúcha recebeu mais de 96 mil passageiros

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



Para abril, a concessionária do aeroporto de Porto Alegre prevê alta nas linhas de serviços em voos internacionais, com base no aumento de operações da Aerolíneas Argentinas (Foto: Divulgação)

O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), apresentou no primeiro trimestre de 2024 um crescimento referente ao tráfego internacional de passageiros. Nos três meses, mais de 96 mil passageiros passaram pelo terminal,

em cerca de 900 pousos e decolagens na capital gaúcha.

Segundo a concessionária que administra o terminal, o aumento foi de 20% em relação ao mesmo período de 2023, que registrou 79.998 passageiros.

Para o mês de abril, a concessionária prevê crescimento nas linhas de serviços em voos internacionais. Um dos exemplos é a Aerolíneas Argentinas que vai dobrar as frequências da rota Porto Alegre-Buenos Aires, de seis para 12 voos semanais, que vai representar mais de 6,5 mil passageiros.

Outros destaques internacionais com aumentos de voos a partir de Porto Alegre são para Cidade do Panamá, de quatro para sete partidas semanais, e Lima, capital do Peru, de três para quatro viagens.

Para o mês de abril, a concessionária destaca um aumento de frequências de Porto Alegre para Campinas, que passará de 54 para 64 partidas semanais (mais 2.388 passageiros por mês). No

mesmo período, haverá um aumento da Gol para São Paulo, alcançando 65 partidas (mais 2,9 mil passageiros por mês). Já para Brasília, terá um aumento de seis frequências, totalizando 13 voos semanais (mais 6,7 mil passageiros) e para o Rio de Janeiro com mais oito, chegando a 28 decolagens semanais (mais 8,9 mil passageiros).

A Latam também aumentará seus voos da capital gaúcha para São Paulo, passando de 71 para 78 partidas semanais (mais 7,5 mil passageiros por mês). E um destaque para a rota de Lima, com aumento de três para quatro por semana (mais 2 mil passageiros por mês), fruto da taxa de ocupação de março que finalizou em 76%. O Aeroporto Salgado Filho tem a expectativa de receber 608.592 passageiros neste mês de abril. Ao todo serão 5.404 voos domésticos e internacionais, que vão atender 23 destinos nacionais e seis internacionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024

REGIÃO SUL - BR NO PR É INTERDITADA APÓS CAMINHÃO COM COMBUSTÍVEL PEGAR FOGO

Todas as pistas da rodovia precisaram ser interditadas para atendimento da ocorrência
DA REDAÇÃO redacao.jornal@redenenews.com.br

A BR-376 ficou bloqueada durante algumas horas desta quarta-feira (10), após um caminhão carregado com óleo diesel tombar e pegar fogo na pista sentido Ponta Grossa. O acidente foi registrado às 11h, no Km 437, no trecho do município de Tibagi (PR).

Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), equipes do Corpo de Bombeiros foram acionados logo após os primeiros minutos da ocorrência e o fogo foi controlado quase 2 horas e meia depois.



Segundo informações da PRF, equipes do Corpo de Bombeiros foram acionados logo após os primeiros minutos da ocorrência e o fogo foi controlado quase duas horas e meia depois

Todas as pistas da rodovia precisaram ser bloqueadas para atendimento da ocorrência. Após às 14h, as pistas sentido Norte foram liberadas para a passagem de veículos, e às 17h30, uma pista do

trecho sentido sul também foi liberada.

O motorista do caminhão, um homem de 48 anos, foi socorrido por populares e levado a um centro médico com ferimentos leves. Seu quadro de saúde não foi informado.

Segundo a PRF, o veículo tinha saído de Araucária e seguiria para Maringá, no norte paranaense.

Para desviar do bloqueio no sentido Ponta Grossa, a orientação da PRF é que motoristas usem as rodovias que passam pelas cidades de Imbaú e Tibagi como rota alternativa.

A BR-376 é uma rodovia que liga Dourados, no Mato Grosso do Sul, até Garuva, município de Santa Catarina. A rodovia federal ainda corta importantes trechos do Paraná, onde é conhecida como Rodovia do Café.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024

MUDANÇAS CLIMÁTICAS - REGIÃO SUDESTE CONCENTRA MAIORIA DAS INTERDIÇÕES CAUSADAS POR FENÔMENOS CLIMÁTICOS

As principais causas incluíram alagamentos, transbordamentos e queda de árvores
Por VANESSA PIMENTEL vanessa.pimentel@redenews.com.br



As principais causas incluíram alagamentos e transbordamentos, seguida por queda de árvores/rochas e deslizamentos/quedas de barreiras. Divulgação/Prefeitura de São Sebastião

A região Sudeste concentrou a maioria das interdições em rodovias causadas por fenômenos climáticos entre outubro de 2023 e abril de 2024, segundo balanço divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na última quarta-feira (10).

Durante o período avaliado, foram registradas 276 interdições em rodovias de todo o país, com 49,63% delas sendo totais e 50,37% parciais. Em média, as interdições tiveram duração de 27 horas, ou seja, mais de um dia.

A região Sudeste foi a mais atingida, com Duque de Caxias (RJ) liderando com 31 casos, seguido por Campos dos Goytacazes (RJ) com 13 registros e Petrópolis (RJ) com oito. O relatório também destacou ocorrências em São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Minas Gerais, com a maioria das vias sendo monitoradas pelas Concessionárias Concer, Via Sul, RioSP e Autopista Fluminense.

As principais causas incluíram alagamentos e transbordamentos, responsáveis por 111 ocorrências (40,22%); queda de árvores, rochas e objetos, com 95 registros (34,42%); deslizamentos e quedas de barreiras, totalizando 34 episódios (12,32%); erosão, com 6 casos (2,17%); e outras situações, representando 14 incidentes (5,07%).

Os meses de novembro e janeiro se destacaram com o maior número de interdições por dia, registrando entre 9 e 16 ocorrências.

A ANTT explicou que o objetivo do relatório é alinhar estratégias com as concessionárias que operam nas redes federais, fortalecendo o monitoramento contínuo das vias. Essa abordagem, de acordo com a Agência, permite a identificação e tratamento proativo de áreas críticas, especialmente, em época de chuvas intensas.

Para o diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale, é extremamente importante acompanhar a execução das medidas propostas e avaliar a necessidade de ajustes. “Nossa missão consiste em planejar ações, estabelecer responsabilidades claras para todas as partes envolvidas e assegurar que nossas equipes de fiscalização estejam prontas para atuar em estreita colaboração com as autoridades competentes em casos de incidentes”, afirmou.

Ferrovias

No mesmo período, as interdições em ferrovias brasileiras também foram avaliadas. No total, foram 53 interdições, das quais 100% delas foram finalizadas, mas com duração média de 291 horas, ou seja, 12 dias de impactos operacionais.



A erosão foi a principal causa, representando 96,23% dos casos, ou seja, 51 ocorrências, seguida por alagamentos e chuvas, com 1,89% dos episódios (1 registro), além de outras causas.

Só no dia 22 de novembro foram 33 interdições, um recorde de eventos para o modal.

As operadoras ferroviárias mais mencionadas e com maior incidência de interdições foram a RMS e a EFVM.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/04/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTO NEWS DEBATE O SETOR PORTUÁRIO COM DIRETOR-EXECUTIVO DO SOPESP E PRESIDENTE DO CONSELHO SANTOS EXPORT, RICARDO MOLITZAS

Informações: Programa ZR News (11 de abril de 2024)

Quinta é dia do quadro Porto News. Nesta edição, vamos receber na bancada o diretor-executivo do SOPESP e Presidente do Conselho Santos Export, Ricardo Molitzas e a advogada e professora universitária Maria Cristina Gontijo.

Em pauta, a ampliação da Poligonal do Porto de Santos, que abrigará novo terminal de contêineres. Também falaremos sobre a nomeação de Elias Junior como o novo secretário de Assuntos Portuários e Emprego.

Molitzas detalha a programação do Fórum Regional Santos Export 2024, que acontece nos dias 22 e 23 de abril, no Blue Med Convention Center, em Santos/SP.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 11/04/2024

BUNGE PREVÊ EXPANDIR EM 140% PROGRAMA DE AGRICULTURA REGENERATIVA NO BRASIL

Informações: FORBES (11 de abril de 2024)

A companhia projeta investir em três anos pelo menos US\$ 20 milhões, que deverão ser destinados para o pagamento dos prêmios, além de ferramentas tecnológicas

A Bunge planeja expandir em 140% até 2026 a abrangência da área plantada de seu programa que incentiva agricultores do Brasil a adotarem práticas regenerativas, anunciou a trading e processadora global de alimentos nesta quinta-feira, na medida em que busca incentivar sistemas agrícolas que emitem menos gases de efeito estufa.

A gigante do agronegócio afirmou ainda que pagará prêmio sobre o valor de mercado aos produtores que venderem à companhia soja, milho e trigo cultivados com tais técnicas sustentáveis orientadas e supervisionadas pelo programa.

Em entrevista à Reuters, o vice-presidente de Agronegócio da Bunge para a América do Sul, Rossano de Angelis Jr., disse que a multinacional quer ampliar o projeto — iniciado em 2023 com 250 mil hectares no Cerrado — para 600 mil hectares, incluindo Estados do Sul e do Sudeste, até 2026.

A companhia projeta investir em três anos pelo menos US\$ 20 milhões, que deverão ser destinados para o pagamento dos prêmios, além de ferramentas tecnológicas, rastreabilidade, coleta de dados, assistência técnica e auditoria.



“Dentro dos 20 milhões de dólares que colocamos como incentivo para o programa, vamos ter o pagamento de um prêmio, fixo, em dólar por hectare, para o volume correspondente que o produtor vender para Bunge”, disse o vice-presidente de Agronegócio da Bunge para a América do Sul, evitando divulgar o valor do pagamento adicional.

Ele acrescentou que, embora o programa da Bunge dê condições para o agricultor atuar com técnicas ambientalmente mais sustentáveis, nada impede de ele vender parte de sua produção para outras tradings ou indústrias.

No projeto piloto desenvolvido pela companhia ao longo de 2023, a Bunge identificou entre os pilares da agricultura regenerativa as seguintes práticas que devem viabilizar o pagamento dos prêmios pela Bunge: plantio direto, cultura de cobertura, rotação de cultura, utilização de bioinsumos e fertilização natural, incluindo adubação orgânica.

A adoção dos sistemas colaboram com o sequestro de carbono e evitam emissões de gases, ressaltou Angelis.

“Identificamos esses pilares da agricultura regenerativa... que entendemos que têm escalabilidade maior, tanto em volume quanto em rentabilidade”, afirmou ele, ao comentar as expectativas de ampliação do programa, incluindo com o apoio de novos parceiros, como os próprios clientes da empresa, que se mostraram interessados e poderiam colaborar com recursos.

A companhia avaliou que há interesse de clientes como indústrias do setor de alimentos e biocombustíveis de não apenas adquirir produtos cultivados com práticas regenerativas certificados, como também participarem “ativamente da jornada de transição para uma agricultura de baixo carbono”.

Isso motivou a Bunge a abrir a possibilidade para que esses clientes finais invistam em conjunto com a companhia para apoiar a adoção de práticas regenerativas nas fazendas participantes do programa. “Falando com a indústria de alimentos e biocombustíveis, alguns querem mais do que um certificado mostrando baixa emissão, eles querem ser patrocinadores, eles querem fazer parte do programa”, disse Angelis.

A Bunge está em discussões avançadas com diversos desses clientes e já fechou parceria com alguns deles, mas ainda não pode revelar os nomes por questões contratuais de confidencialidade.

Expansão e compromissos

Na linha de ampliar o programa, a Bunge pretende expandir as regiões atendidas para incluir Pará, Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, além dos Estados já contemplados no projeto inicial (Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia e Mato Grosso).

Neste processo, a Orígeo, joint venture da Bunge em conjunto com a UPL, tem papel determinante, pois oferece suporte aos produtores a partir de um conjunto de técnicas de gestão e soluções de assistência técnica.

Segundo a Bunge, 100% das propriedades envolvidas nos 250 mil hectares iniciais do programa de agricultura regenerativa já utilizam o plantio direto, enquanto 21% promovem rotação de cultura. O cultivo de cobertura foi registrado em 46% das propriedades do programa.

Questionada, a empresa disse que o plantio de milho segunda safra, realizado amplamente no Brasil após a colheita da soja, não está caracterizado como cultura de cobertura, pelo protocolo do programa, assim como é considerado uma cultura de sucessão, não de rotação — técnica que requer mais de três produtos no ano para ser identificada pelas regras do programa.

O programa faz parte da estratégia de descarbonização da Bunge, que tem metas baseadas na ciência validadas pela Science Based Targets Initiative (SBTi) para redução de emissões.



A companhia, que já rastreia 97% de produtos como soja e milho de fornecedores indiretos no Cerrado — a zona agrícola com maior risco de desmatamentos —, tem compromisso de ter sua cadeia de fornecimento livre de qualquer desflorestamento em 2025.

Isso incluiria áreas desmatadas conforme permite a lei brasileira em parte das propriedades e dependendo do bioma, já que a empresa tem a política de não comprar produtos cultivados em áreas desmatadas ilegalmente.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 11/04/2024

MPOR ASSINA PROTOCOLO PARA EXECUTAR AÇÕES PRIORITÁRIAS EM PORTOS E AEROPORTOS

Informações: Ministério dos Portos e Aeroportos (11 de abril de 2024)

Documento foi assinado por autoridades de governo, parlamentares e representantes do setor de infraestrutura de transporte brasileiro

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinou, no início da tarde desta quarta-feira (10), junto com a Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA) e o Instituto Brasileiro de Logística (IBL), o protocolo de intenções que estabelece ações prioritárias de fomento aos setores de infraestrutura aeroportuária e aquaviária no país. Entre essas atividades estão a realização de investimentos para requalificação da infraestrutura de portos e aeroportos brasileiros.

O documento foi firmado pelo MPor, parlamentares e representantes do setor de infraestrutura de transportes durante o evento Pernambuco Day, cujo objetivo foi discutir, com agentes dos setores públicos e privados, melhorias para o estado e para o Brasil. Assinado pelo ministro Silvio Costa Filho, o protocolo prevê uma série de projetos para expansão dos modais de transportes. O debate teve início com as ações que estão sendo adotadas no estado pernambucano.

Costa Filho indicou que, junto com a iniciativa privada, realizou entregas importantes no modal aeroportuário. “A gente está fazendo um conjunto de investimentos da primeira etapa do aeroporto de Recife, que foi apontado como um dos melhores do mundo. Vamos crescer também no transporte de cargas aéreas, por conta do setor de serviço da região metropolitana de Pernambuco tem crescido bastante”, destacou.

O MPor tem realizado investimentos também em outros terminais aeroportuários de Pernambuco, como é caso do aeroporto de Caruaru, que terá obras previstas para melhoria em todo sítio, além dos aeródromos de Serra Talhada, Garanhuns e Araripina, todos voltados não apenas para o turismo de negócio, mas também o de lazer.

No aeroporto de Caruaru, no interior de Pernambuco, Costa Filho informou que o trabalho tem sido realizado de forma conjunta e que os recursos para conclusão dos trabalhos já estão assegurados. “Teremos R\$ 140 milhões para o aeroporto de lá. A gente vai iniciar o processo quando o projeto estiver pronto. Temos em andamento também a requalificação de outros três aeroportos do interior. Um deles é o terminal de Serra Talhada, que está com obras em andamento. Temos a requalificação do aeródromo de Garanhuns, que está para ser resolvida a liberação da sinalização para operações noturnas no local. Outro empreendimento que tem sido acompanhado de perto pelo MPor é terminal de Araripina”, concluiu o ministro.

De acordo com o presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, deputado Paulo Alexandre Barbosa, “o objetivo do protocolo assinado hoje é o de aproximar as demandas de infraestrutura todos os estados brasileiros, para que elas possam ser executadas e nada melhor do que começar por um estado que tem projetos importantes e que tem servido de exemplos para outros estados brasileiros”, indicou.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 11/04/2024



PERNAMBUCO DAY, 1º PASSO PARA DESTRAVAR INFRAESTRUTURA NO PAÍS

Informações: Folha PE (11 de abril de 2024)

Diversos empresários e gestores do setor de infraestrutura de transporte, além de representantes da bancada pernambucana no Câmara dos Deputados, se reuniram ontem (10), em Brasília, no Pernambuco Day, um evento criado para debater mecanismos que possam ajudar a derrubar entraves para atração de investimentos em infraestrutura.

Promovido pela Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos e pelo Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), o Pernambuco Day foi primeiro de uma série que discutirá o tema da infraestrutura de transportes envolvendo diversos estados da federação.

O assunto atraiu à sede o IBI um grupo relevante. Além do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o evento reuniu presidentes e diretores de empresas como Agemar, Maersk, Tecon Suape, Dislub Equador, autoridades portuárias, secretários de Estado e associações empresariais.

Um protocolo de Intenções foi assinado para viabilizar a parceria do Instituto com a Frente Parlamentar visando a elaboração de estudos em apoio às pautas prioritárias do setor. Mario Povia, diretor presidente do IBI, explicou que a iniciativa ajudará a derrubar entraves e um dos principais deles é a burocracia.

Segundo Povia, um investimento portuário hoje leva em média três anos para conseguir aprovação. Num cenário de capital volátil, isso tem afugentado investidores, que levam seu dinheiro para outros países.

Presente no evento, o empresário Manoel Ferreira, diretor presidente do Grupo Agemar, que conta com diversos negócios no setor naval e aeroportuário, disse que não adianta o estado ter ótimos portos e aeroportos se as estradas que levam a eles são deficitárias, se faltam ferrovias, se a mobilidade deixa a desejar.

O presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), disse que o Pernambuco Day é o primeiro evento de uma série que visa aproximar o empresariado do Congresso para tratar de temas de interesse do desenvolvimento nacional.

Fortescue

A Fortescue, uma das integrantes da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV), inaugurou nesta terça-feira (dia 9) a primeira fábrica de eletrolisadores de qualidade mundial na Austrália. Trata-se de uma das primeiras plantas industriais do mundo a contar com uma linha de montagem automatizada. Para o Presidente do Conselho da ABIHV, Luís Viga, a inauguração representa um avanço para todo o segmento do Hidrogênio Verde e deve se refletir em novas conquistas tecnológicas, podendo ser replicada em outras partes do mundo, inclusive no Brasil.

Deloitte

Diante das crescentes ameaças cibernéticas, a Deloitte lança, no dia 18 de abril, no Recife a solução em cibersegurança MXDR (Managed Extended Detection & Response, ou Detecção e Resposta Estendida Gerenciada, em tradução livre). A novidade traz consigo a promessa de proteção avançada contra os ataques digitais. Durante o evento para convidados, além da apresentação detalhada da plataforma, os participantes terão a oportunidade de vivenciar uma simulação imersiva em crise cibernética, por meio dos óculos de realidade virtual.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 11/04/2024

HIDROVIAS: PRIORIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO É DISCUTIDA EM EVENTO EM BRASÍLIA

Informações: IBL (11 de abril de 2024)



Imagem: IBL

Na manhã desta quarta-feira (10), o “Café da Manhã, Logística e Infraestrutura”, promovido pela Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi) em conjunto com o Instituto Brasil Logística (IBL), reuniu autoridades e representantes do setor hidroviário e logístico do país, em Brasília. O foco do evento foi a discussão sobre o fortalecimento das hidrovias como um modal estratégico para a infraestrutura nacional.

Mariana Pescatori, secretária-executiva do ministério de portos e aeroportos, presente no encontro, destacou o papel da pasta nesse setor. “O que a gente pode falar do ministro Silvio é que ele, efetivamente vai dar essa voz, essa prioridade para que a gente possa fomentar o modal hidroviário”, expressou Pescatori.

Ela também ressaltou o compromisso do governo em priorizar o desenvolvimento das hidrovias nos próximos anos. “A gente teve nos últimos anos um enfoque muito grande nesse setor, e agora a gente tem agora um dever de casa muito grande para os próximos três anos de fomentar o modal hidroviário porque a gente sabe o quanto isso é importante para o país”, afirmou.

Para ela, as hidrovias são importantes não só em termos de movimentar cargas por um modal que é muito mais eficiente até em termos energéticos. “Porque a gente está pensando em políticas de descarbonização do setor, por isso estamos discutindo com a ANTAQ as concessões hidroviários e porque não falar em créditos de carbono nesse setor para que a gente possa tornar essas construções hidroviárias mais viáveis”, afirmou.

Pescatori mencionou também os esforços em curso para desburocratizar o setor e tornar as hidrovias mais atrativas para investimentos. “A gente sabe que tem um desafio não só de fomentar na parte de concessões, mas também na parte de governança. A ideia é que a gente consiga criar uma Conahidro nos moldes do que a gente tem na área de rodovias, para que a gente possa discutir toda a legislação do setor”, explicou.

Além disso, a secretária-executiva destacou os investimentos públicos recentes no setor hidroviário. “No ano passado, tivemos o maior investimento público no setor hidroviário, foi o recorde de todos os anos: R\$ 650 milhões. Esse ano, já vamos ter investimento de R\$ 700 milhões”, revelou.

A batalha pela manutenção dos recursos destinados às hidrovias foi outro ponto abordado por Pescatori. “Ontem foi uma batalha junto à Casa Civil pra que a gente conseguisse manter os recursos da Eletrobras destinados pra hidrovias do Madeira e do Tocantins”, disse, ressaltando a importância desses investimentos para viabilizar as concessões que estão sendo estruturadas.

Por fim, ela reiterou o compromisso do governo em priorizar as hidrovias. “É bastante importante deixar claro a prioridade pra este governo de que a gente vai dar para as hidrovias”, concluiu.

Em seguida, presidente da Frenlogi, Senador Wellington Fagundes, iniciou sua fala destacando o decreto publicado nesta terça-feira (9) sobre a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação junto ao Ministério de Portos e Aeroportos. “Com essa nova secretaria, temos expectativas de alavancar esse setor tão importante para o nosso país”, enfatizou.

Ele também ressaltou a necessidade de modernização do setor e adaptação das embarcações às especificidades de cada hidrovias. “Com a tecnologia hoje disponível no mundo não é mais os rios



que se adaptam às embarcações. Nós temos perfeitamente condições e que essas embarcações possam se adaptar a cada especificidade de cada hidrovia”, argumentou.

O senador reforçou a importância do evento para provocar discussões no Congresso Nacional e junto aos órgãos competentes. “A discussão desse evento aqui ele é muito oportuno pra que vocês, que conhecem as novidades do setor, possam estar aqui nos apresentando pra que a gente possa então discutir mais a miúdo não só aqui neste evento mas pra que a gente possa provocar também no âmbito do Congresso Nacional seja na comissão de infraestrutura ou junto aos ministério as ações que efetivamente precisamos fazer pra que esse setor de hidrovias possam ser realizados no Brasil”, destacou.

Por fim, Fagundes expressou otimismo em relação ao futuro do setor, ressaltando a importância da participação dos técnicos e profissionais que lidam diariamente com as questões relacionadas às hidrovias. “Eu fico aqui, muito mais na expectativa daquilo que vocês poderão estar nos apresentando, principalmente as pessoas que lidam no dia a dia que poderão estar aqui nos expondo e nos aguçando pra que a gente possa então estar fazendo com que através agora principalmente dessa secretaria criada a gente tem esse foco específico”, concluiu.

Também presente na abertura do encontro, o presidente do Instituto Brasil Logística (IBL), Ricardo Molitzas, enfatizou a relevância das hidrovias para o progresso econômico e social do país e ressaltou o potencial das vastas redes pluviais do Brasil para impulsionar esse modal. “Com as extensas redes pluviais, o Brasil possui um potencial extraordinário para a utilização deste proporcionando uma alternativa eficiente e sustentável para o transporte de cargas, especialmente em um país de dimensões continentais como o nosso”, explicou.

Molitzas destacou ainda a importância da colaboração entre o setor público e privado. “No entanto, pra que este potencial seja plenamente explorado, é necessário que trabalhemos juntos, unindo os esforços do setor público e privado, além da atuação assertiva como representado pela Frenlogi para superar os desafios e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do transporte hidroviário em nosso país”, ressaltou.

O presidente do IBL finalizou sua fala enfatizando a importância do evento como uma oportunidade para trocar ideias, compartilhar experiências e alinhar estratégias que impulsionem os investimentos e a competitividade da logística fluvial brasileira.

A ex-senadora Katia Abreu também esteve presente e alertou sobre os desafios enfrentados nas estradas brasileiras e defendeu a transferência de parte do transporte de cargas para modais mais eficientes. “Eu acredito, sinceramente, que nos próximos dez anos, com o andar da carruagem e com os poucos recursos que nós temos para investimentos, que nós podemos sofrer um apagão nas estradas do Brasil, principalmente com o aumento da safra e que se Deus quiser com o crescimento do nosso país”, ressaltou.

Já o deputado Sidney Leite enfatizou os esforços para integrar o potencial das regiões de Rondônia, Acre e Amazonas com a hidrovia do Solimões. “Estamos agora trabalhando no sentido de que a gente possa juntar o potencial de Rondônia, Acre e Amazonas, com a hidrovia do Solimões, aproximando do Peru, de um grande investimento que tem lá, de um porto financiado pela China, e no sentido da gente aproveitar esse modal”, explicou.

Finalizando a abertura do encontro, o ex-senador Romero Jucá destacou a complexidade da logística e a necessidade de prioridade política para enfrentar os desafios do setor. “E a logística é uma situação muito complexa, que precisa de prioridade política, por isso é muito importante essa discussão, para que a gente possa dar as condições ao país para que o Brasil possa ocupar um espaço ainda maior no mundo”, afirmou Jucá.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 11/04/2024

Inscrições para audiências públicas do túnel Santos-Guarujá terminam na segunda



Fonte: Prefeitura de Santos (11 de abril de 2024)

Terminam na próxima segunda-feira (15) as inscrições para os interessados em participar das três audiências públicas para a implantação do túnel Santos-Guarujá. O Ministério de Portos e Aeroportos definiu as três datas dos eventos: dia 17 em Santos, 18 em Guarujá e 19 na Autoridade Portuária de Santos (APS).

A audiência pública de Santos, na próxima quarta-feira (17), será realizada às 9h na Associação Comercial, situada na Rua XV de Novembro, 137, Centro Histórico. Para a possibilidade de manifestação oral durante o evento, as inscrições devem ser feitas por **aqui**.

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScJuAts_AN40DSv4mSZCzZgBw65x8LYMu4Y_4udTWQuneF0Bw/viewform

Já para a audiência pública marcada para o dia 18, também a partir das 9h, o local escolhido será o Teatro Municipal Procópio Ferreira, na Avenida Dom Pedro I, 350, Jardim Tejereba, em Guarujá. Os interessados em participar com falas devem se inscrever **aqui**.

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe6L2EMlq7loiAY1n2sDTWrnwMWn1BaXSQM1SxLhkclCz32TQ/viewform>

O auditório da Autoridade Portuária de Santos (APS), na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº, no Macuco, receberá a terceira audiência pública, no dia 19, às 9h. Para se manifestar, a inscrição é feita **aqui**.

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScI4WEIbFOvRLswDRAzpRzFYNi98px_RN02mGKzPsX2EtrqBw/viewform

SOBRE O TÚNEL

Esperada pelos moradores da região há quase um século e orçada em R\$ 6 bilhões, a construção da ligação seca entre Santos e Guarujá está incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e será feita via Parceria Público-Privada (PPP). O túnel será financiado pela União e pelo Estado, e está inserido no pacote de obras que o Porto receberá nos próximos quatro anos, somando R\$ 12,6 bilhões de investimentos, entre recursos públicos e de parcerias público-privadas (PPPs).

Mais informações sobre as audiências podem ser obtidas **aqui**.

<http://www.artesp.sp.gov.br/Style%20Library/extranet/transparencia/audiencias-e-consultas-publicas.aspx>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 11/04/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNADOR DO RIO DIZ QUE ÚNICA SAÍDA PARA RENEGOCIAR DÍVIDA DO ESTADO É O SUPREMO

Cláudio Castro afirma que o estado não tem recurso para investir e não se beneficiaria das condições propostas pelo Ministério da Fazenda, de ter juro menor em troca de mais vagas para ensino técnico

Por Vinicius Neder — Rio

O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), criticou, nesta quinta-feira, a proposta de renegociação da dívida do estado do Ministério da Fazenda e vê uma ação judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) como a melhor saída.



Governador Claudio Castro: renegociação de dívida no STF — Foto: Reprodução/ TV Globo

A proposta da pasta prevê a melhora nas condições financeiras da dívida — como alongamento de prazo ou diminuição dos juros e indexadores — em troca de mais investimentos em educação, ciência e tecnologia, com mais oferta de vagas para ensino técnico.

— A proposta de trocar (redução de) juros pelo investimento em ciência e tecnologia é muito boa ao passo que você tenha o recurso para investir. Quando você não tem o recurso, por mais que haja uma boa intenção, a operacionalidade disso é muito ruim — afirmou Castro, durante o Fórum Brasileiro de Líderes em Energia, que acontece no Rio.

Segundo o governador do Rio, a parcela mensal da dívida que o estado paga à União tem valor equivalente ao déficit nas contas públicas estaduais. Estados em melhor situação financeira poderiam se beneficiar do modelo oferecido pela Fazenda, mas não o Rio.

— São Paulo tem condição de aderir, porque, na verdade, São Paulo quer investir. No Rio, na verdade, o tamanho do déficit é o tamanho da parcela — disse Castro, sugerindo que o mecanismo poderia funcionar se houvesse uma forma de o desconto no pagamento da dívida ser dado antes de que os investimentos na contrapartida fossem feitos.

Nesse quadro, para Castro, a única saída para renegociar a dívida do Rio com a União poderá ser recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF):

— Estamos num processo de discussão sobre o estoque da dívida, da natureza dessa dívida, de como ela foi contraída e sobretudo dos indexadores que catapultaram a dívida a valores impagáveis. A discussão dificilmente não será através do STF.

Para o governador, uma ação no STF seria a saída porque seria difícil para a União fazer a renegociação proposta pelo Rio de forma administrativa.

— Entendemos a dificuldade administrativa de reconhecer todo um erro (nas condições financeiras da dívida) para trás. Isso é muito complexo. Eu também teria dificuldade de fazer aqui, por isso, não vejo como má vontade da União. Se tiver uma ideia de haircut, que seria um perdão, teria que ser para todos (os estados), e isso pode causar um aumento no endividamento da União, que mexeria na inflação e em outros componentes da economia.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/04/2024

ARGENTINA REDUZ TAXA DE JUROS DE 80% PARA 70%. MERCADO VÊ INFLAÇÃO CAINDO

Apesar da perspectiva de queda, índice de preços está em dois dígitos por mês e atingiu nível recorde em três décadas: 276% no acumulado em 12 meses

Por Bloomberg

O banco central da Argentina reduziu de 80% para 70% a taxa de juros nesta quinta-feira. É a terceira redução desde que o presidente Javier Milei assumiu o cargo, enquanto os investidores apostavam numa nova desaceleração da inflação no país.

A Argentina publicará dados de preços ao consumidor na sexta-feira, e os economistas esperam a terceira desaceleração consecutiva no aumento mensal. Ao mesmo tempo, autoridades tentam



controlar o montante de dinheiro que o BC argentino deve emitir para pagar suas obrigações, reduzindo assim ainda mais as pressões sobre o custo de vida.

Mulheres compram queijo em uma banca do Mercado Central de Buenos Aires. Argentina tem uma das maiores taxas de inflação do mundo — Foto: Luis Robayo/AFP

Apesar da perspectiva de desaceleração, a inflação argentina está em dois dígitos no mês e atingiu nível recorde em três décadas: 276% no acumulado em 12 meses.

Argentina luta contra uma inflação que já passou de 100% em 12 meses — Foto: Bloomberg

Na contramão da orientação do FMI
O corte entra em conflito com a orientação do Fundo Monetário Internacional. Em fevereiro, o corpo técnico do órgão escreveu que “no futuro, as autoridades concordaram que a orientação da política monetária teria de ser mais rigorosa para apoiar a procura de moeda e a desinflação”.



Entenda: Herdeiros mais ricos do mundo travaram disputas familiares e batalhas judiciais para não dividirem fortuna

De forma mais geral, os responsáveis do FMI não muito que insistem que a Argentina mantenha as taxas de juro acima da inflação para encorajar poupanças em pesos e, conseqüentemente, baixar os preços.

Como medidas adicionais, o banco central encerrou o seu swap de crédito com o Banco de Compensações Internacionais, segundo o comunicado. Também aumentou os requisitos de reserva para contas remuneradas de fundos mútuos do mercado monetário, de 0% para 10%.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/04/2024

LIGHT FECHA ACORDO COM CREDORES QUE SOMAM QUASE METADE DA DÍVIDA

Esses investidores terão direito a condições melhores na conversão de seus créditos em novas ações da companhia

Por Glauce Cavalcanti — Rio

A Light alcançou um acordo com um comitê de credores da Light Sesa, a distribuidora da companhia. Ele integra o grupo que detém títulos equivalentes a R\$ 5 bilhões do total de R\$ 11 bilhões em dívida, afirmam fontes. Após reunião realizada ontem, ficou acertado que credores da Light terão direito a um bônus de subscrição na conversão de seus créditos em novas ações da companhia, que soltou fato relevante na noite desta quinta-feira.

A condição será oferecida a todos os credores que optarem por essa conversão prevista no plano de recuperação judicial, com um bônus para cada duas ações convertidas. Pela segunda versão do plano da Light, apresentado em fevereiro, essa bonificação valia apenas para os acionistas.

Outros ajustes na proposta são a conversão de ao menos 35% dos créditos por esses credores, ante 40% antes. O restante dos créditos será remunerado por IPCA mais 5% ao ano, com pagamento em oito anos. Para quem não aderir à conversão, a taxa será de 3% e amortização em 13 anos.

Aporte de R\$ 3,2 bi

Outra coisa é que os créditos serão atualizados incluindo o período em que a Light ficou protegida contra execuções, de maio de 2023 até a homologação do plano, mas 50% da remuneração prevista de início ou até R\$ 405,5 milhões, o que for menor.

A Light corre contra o tempo para viabilizar uma capitalização no valor de R\$ 3,2 bilhões. Deste total, R\$ 1 bilhão viria dos acionistas de referência da companhia — Nelson Tanure, Ronaldo César Coelho e Beto Sicupira, que detêm 50% dos papéis do grupo — enquanto os outros R\$ 2,2 bilhões viriam da conversão de dívida em novas ações.

O movimento é previsto pelo plano de recuperação e tem de ir à votação em assembleia de credores no próximo dia 25. Sanar a crise financeira da companhia é condição para que as concessões públicas do grupo, sobretudo a da distribuidora, a Light Sesa, sejam renovadas.

Fontes de mercado enxergam esse acordo como um passo importante no processo, embora a formalização ainda esteja pendente. Rodrigo Tostes, que assumiu a diretoria financeira da Light em fevereiro e também a negociação com os credores, é visto como a peça-chave. A Light conseguiu ainda fechar um acordo com os bancos credores da Light Energia, como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Procurada, a Light não comentou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/04/2024

PACHECO DEFENDE QUE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS TENHA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA COMO CONTRAPARTIDA

Proposta original do governo prevê apenas abertura de vagas em ensino técnico como contrapartida
Por Victoria Abel — Brasília



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — Foto: Lula Marques/ Agência Brasil

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sugeriu que o projeto de renegociação de dívidas dos estados também utilize como contrapartida investimentos em infraestrutura. Hoje, a proposta do Ministério da Fazenda é baixar a taxa de juros real sobre as dívidas de 4% para até 1%, em troca dos estados investirem na abertura de vagas para ensino técnico na educação estadual.

Pacheco afirma, porém, que seria importante os estados terem flexibilidade para escolherem os investimentos de contrapartida.

– Sou plenamente a favor de que as contrapartidas exigidas pela União possam ser flexíveis para o proveito da sociedade que se beneficia delas. Por vezes, o estado já tem suficientemente investidos custos na educação e queiram investir em infraestrutura, outros que têm investimentos em infraestrutura e queiram investir em educação.

Ele continua:

— Essa flexibilidade acho que é algo inteligente e razoável. Não se pode exigir como contrapartida de um estado investimento sem educação, quando ele já faz um investimento em ensino profissionalizante, por exemplo – disse.

A sugestão partiu do governo de Minas Gerais, mas Pacheco avalia que pode ser aplicado a demais estados. A medida, porém, sairia do foco do governo Lula que é ampliar geração de emprego e direcionaria para investimentos em obras urbanas, por exemplo.

O presidente do Senado ainda defendeu que a entrega de ativos do estado para amortização da dívida com a União possa valer em dobro para efeito do desconto.

– Para cada valor de ativo entregue, fora as parcelas, que possa ter um deságio na mesma proporção. A fazenda precisa avaliar, mas é importante termos um ponto de partida.

Para Rodrigo Pacheco, o governo também poderia aplicar as mesmas normas do Refis para empresas privadas nas negociações entre os entes federativos.

– É basicamente fazer uma analogia aos programas de descontos que o governo já faz com os particulares, como o Refis, um programa com descontos de valor final a partir da boa vontade do contribuinte de pagar no menor prazo conforme o crescimento dos pagamentos. É uma ideia. Essa lei poderia permitir uma construção que beneficie os estados e a União.

*Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/04/2024*

STF AUTORIZA COBRANÇA DE PIS/COFINS SOBRE RECEITA DE LOCAÇÃO

Ministros entenderam que tributação pode ocorrer mesmo quando o aluguel não seja parte da atividade principal da empresa

Por Daniel Gullino — Brasília



Plenário do STF durante sessão de julgamento — Foto: Gustavo Moreno/STF/10-04-2024

O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a cobrança de PIS/Cofins sobre a receita recebida por empresas pela locação de bens móveis e imóveis. Os ministros entenderam, por maioria, que a contribuição é válida desde a Constituição de 1988.

Prevaleceu no julgamento a tese do ministro Alexandre de Moraes, de que os recursos adquiridos pela locação também contam como faturamento, mesmo que não façam parte da atividade principal da empresa. Essa era a tese defendida pelo governo.

— Há inúmeros julgados, de ambas as turmas (do STF), reiterando essa compreensão no sentido de que o conceito de receita bruta sujeito a PIS e a Cofins envolve não só aquele decorrente da venda de mercadorias e prestação de serviços, mas a soma das receitas oriundas dos exercícios das atividades empresárias — afirmou Moraes, na quarta-feira.

As perdas para a União, se fosse impedida de cobrar esses tributos, estavam estimadas em R\$ 36 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 — R\$ 20,2 bilhões com locação de bens móveis e R\$ 16 bilhões com a de imóveis.

A decisão foi tomada a partir da análise de dois recursos.

Em um deles, uma empresa de fabricação de móveis conseguiu na Justiça uma permissão para que o PIS não incidisse sobre a receita de aluguel de um imóvel próprio. A União recorreu.

No outro caso, uma empresa de locação de contêineres e equipamentos de transporte recorreu contra decisão que determinou o pagamento dos tributos.

O entendimento adotado pelo STF, no entanto, tem repercussão geral e vale para todos os casos semelhantes.

O voto de Moraes foi acompanhado pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Nunes Marques, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso. A posição divergente, do ministro Luiz Fux e do ministro aposentado Marco Aurélio, foi seguida por André Mendonça e Edson Fachin.

— Basta a empresa adquirir uma receita que vai ser tributada pelo PIS/Cofins, não precisa ser uma empresa imobiliária — afirma Mariana Valença, advogada tributarista do Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados.

Rodrigo Caserta, sócio do Brigagão, Duque Estrada Advogados, explica que o argumento vencedor foi de que o faturamento também incluiria as receitas pela locação:

— A discussão girou em torno da definição do termo faturamento. Porque a Constituição originalmente previa a possibilidade da incidência das contribuições sobre o faturamento das empresas. Em 1998 houve uma ampliação para também prever a incidência sobre as receitas das empresas.

O entendimento de especialistas é que a tributação não envolve fundos de investimentos, que são usados por parte das empresas para alugar imóveis.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/04/2024

GOVERNO ESPERA LEILOAR RODOVIA DA MORTE, EM MINAS GERAIS, NO SEGUNDO SEMESTRE

Expectativa é do ministro dos Transportes, Renan Filho, que espera aval do Tribunal de Contas da União

Por Ana Flávia Pilar — São Paulo



BR-381 conhecida como 'Rodovia da Morte' não teve interessados na concessão pela terceira vez — Foto: Polícia Rodoviária Federal

O ministro de Transportes, Renan Filho, disse que, na próxima semana, o Tribunal de Contas da União (TCU) deve dar o aval para dois novos leilões — o trecho da BR-040 que conecta Belo Horizonte (MG) a Cristalina (DF) e o da BR-381 (conhecida como a Rodovia da Morte), que liga Belo Horizonte a Governador Valadares. Caso a expectativa se concretize, as rodovias devem ser leiloadas em

agosto ou setembro.

— Essa semana ou na próxima o TCU aprova as alterações que fizemos no projeto (da BR-381). Essas alterações, que são sobretudo a elevação da taxa de retorno do projeto, por conta do risco, que é mais elevado que os outros, e o compartilhamento do risco de engenharia e geológico, ampliam muito a atratividade da concessão — disse Renan Filho.

Em três tentativas do governo de leiloar a BR-381, a última no ano passado, não houve interessados.

O ministro conversou com jornalistas nesta quinta-feira, ao fim do certame do trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora da BR-040.

O consórcio Infraestrutura MG, formado pela EPR e pelo fundo de investimento Perfin Voyager, foi o vencedor, ao apresentar o maior valor de desconto para o pedágio, de 11,21% em relação à tarifa base.

Segundo o ministro, há oito projetos de concessão no TCU, com expectativa de que sejam apreciados nos próximos dois ou três meses pelo tribunal, e leiloados ainda em 2024.

Renan Filho disse também que o governo ainda não decidiu se irá rellicitar ou otimizar a concessão do trecho da BR-040 ligando o Rio de Janeiro (RJ) à cidade de Juiz de Fora (MG). O trecho é operado pela Concer. De acordo com o ministro, as negociações com a empresa já estão na fase final, mas ainda não é possível dizer se haverá consenso.

— Esse é um trecho que pode ou ser rellicitado ou otimizado. Nós estamos na fase final de decisão disso, estamos em reunião com a empresa, se haverá ou não consenso.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/04/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

QUAL A IMPORTÂNCIA E OS REFLEXOS DAS DECISÕES DA IMO PARA O BRASIL?

Os Países precisam acompanhar de perto das tratativas na IMO sobre assuntos relacionados ao Transporte Marítimo Mundial.

Por Estação Blue Studio Express



Foto de mali maeder no Pexels

Do inglês International Maritime Organization, a IMO é uma das agências integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU). Suas resoluções implicam em decisões que são cumpridas por todos os países que integram à IMO. Dessa forma, tem ligação direta com assuntos que envolvem diferentes temas relacionados com a Economia do Mar.

Entre eles, as questões ambientais surgem com grande destaque. Água de lastro, poluição e sustentabilidade para os oceanos e os navios são alguns exemplos de assuntos tratados com prioridade pela organização.

Até mesmo por pertencer à IMO, o Brasil tem grande interesse em entender melhor as determinações e, claro, buscar caminhos viáveis para que os reflexos sejam positivos para o desenvolvimento do setor no País.

IMO e a sustentabilidade

Em recente acordo firmado em Paris, os países que fazem parte da IMO concordaram em trabalhar para a descarbonização do setor até 2050.

Seguindo como base as emissões registradas em 2008, o setor precisará cumprir algumas metas intermediárias, com 40% de redução até 2030 e chegando de 70% a 80% até 2040.

Caso esses marcos não sejam cumpridos, a IMO poderá taxar os proprietários dos navios que não estiverem dentro dos parâmetros estabelecidos. Tal medida impactará diretamente nos valores dos fretes.



Por conta disso, torna-se necessário atuar desde já para a conquista desses objetivos. Caso contrário, diferentes setores relacionados com o transporte marítimo podem perder a competitividade com as taxas aplicadas.

Impacto na Economia do Mar

Aqui no Brasil, o setor marítimo tem grande relevância para a economia nacional. Vale lembrar que cerca de 90% da exportação brasileira ocorre por navios, que trafegam com as cargas por longas distâncias em diferentes continentes.

Entre os exemplos, podemos destacar o agronegócio e o minério de ferro. Em um mercado cada vez mais competitivo, novas cobranças podem representar perda de espaço no cenário internacional e, claro, prejuízos significativos.

Uma grande preocupação diz respeito à utilização de um novo combustível nos navios. A grande dificuldade é encontrar uma opção sustentável e também viável.

A amônia, por exemplo, precisa ficar acondicionada em um espaço apropriado, a cerca de -60°C. Aumento de espaço e de consumo e necessidades especiais de armazenamento podem inviabilizar determinados navios, assim como encarecerem o transporte.

Com o aumento do preço do frete, o comércio exterior brasileiro pode sofrer um grande impacto com prejuízos significativos refletindo em toda a economia nacional.

Por conta disso, o Brasil precisa acompanhar de perto todas as tratativas em discussão na IMO, assim como precisa reunir empresas, poder público e instituições acadêmicas tanto para se adequar ao novo cenário quanto para encontrar oportunidades.

Isso, aliás, demonstra a relevância do Cluster Tecnológico Naval para o desenvolvimento da Economia do Mar no País, promovendo a união de todos e buscando soluções viáveis para o setor.

Com esse propósito o Cluster Tecnológico Naval participa da coordenação do Seminário Internacional "Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades" que será realizado nos dias 29 e 30 de abril, nos auditórios das sedes do BNDES e da FGV, no Rio de Janeiro, respectivamente.

O Seminário contará com a presença do Secretário-Geral da IMO, Sr. Arsenio Dominguez, representantes do Governo Federal, Estadual e Municipal. O evento será presencial e transmitido via YouTube com tradução simultânea em inglês e espanhol. Link para inscrição presencial: <https://evento.fgv.br/transicaoenergeticanomar/?lang=pt>

Para mais informações relacionadas com a Economia do Mar, acesse o site www.clusternaval.org.br.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/04/2024

MEDIDA PROVISÓRIA PARA INTERVIR NO SETOR ELÉTRICO É HIPOCRISIA DO GOVERNO

No discurso, texto busca reduzir tarifas de energia, mas apenas quer estender subsídios
Por Elena Landau

Inacreditável, mas o governo decidiu intervir no setor elétrico via medida provisória (MP). De novo. O ministro Alexandre Silveira está para energia como Dilma está para economia. Pá de cal.

No discurso, a MP busca reduzir tarifas de energia. Hipocrisia. Apenas quer, mais uma vez, estender os subsídios a energias renováveis, segmento mais competitivo e lucrativo do setor. O consumidor cativo vai continuar transferindo renda para o mercado livre.

Bastaria fazer as contas. Mas o Ministério de Minas e Energia (MME) não apresentou estimativas dos impactos das novas regras. Tivesse feito, poderia evitar os erros do passado, quando intervenções pontuais geraram enorme ônus no futuro. Nada aprenderam com a MP 579. Ali, a conta de encargos (CDE) explodiu e um tarifaço se seguiu.

Consultorias trouxeram avaliações técnicas que geraram repercussão muito negativa. Estimativas preliminares da PSR indicam um impacto anual próximo a R\$ 4,5 bilhões em média até 2050, enquanto a redução nas tarifas, que ocorrerá apenas em 2024, pode ser inferior a 5%.



Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia Foto: WILTON JUNIOR / ESTADÃO

As medidas principais, além da questão de subsídios regressivos, são a antecipação dos depósitos devidos pela Eletrobras na conta de encargos e a utilização do fundo regional da Amazônia para compensar aumento tarifário devido à concessionária do Amapá (CEA).

Evidente que a antecipação dos depósitos da CDE é onerosa para o consumidor. A securitização vai embutir um desconto nos recebíveis, e a tarifa vai carregar

aumento real para o futuro. Exatamente como os empréstimos da crise de 2013 ou da própria conta covid. Não se trata nem de trocar seis por meia dúzia.

O caso do Amapá é gravíssimo. Em recente decisão, a Aneel negou reajuste previsto em contrato assinado em 2021, quando a CEA foi privatizada. Ele viria para equilibrar financeiramente a concessão e permitir novos investimentos, após anos de péssima gestão em total descaso com os consumidores. Serviço ruim de estatal, político não dá bola. A Aneel delegou ao Executivo uma competência que é sua. É a mais cabal demonstração de captura política de uma agência.

Lula e Silveira convocaram especialistas após a publicação da MP. É tarde demais. A MP aumenta extraordinariamente a insegurança jurídica, ao interferir na lei da Eletrobras, aprovada há menos de três anos. Planejamento não existe mais. Só oportunismo político.

Se acham que podem mexer em lei a bel-prazer, há algo muito mais simples a fazer para reduzir tarifas em definitivo: revogar por completo o art. 1.º da lei da Eletrobras, aquele dos “jabutis”. Falta coragem. A corda sempre estoura do lado de quem não tem lobby para chamar de seu.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/04/2024

JUIZ SUSPENDE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PETROBRAS POR CONFLITO DE INTERESSE

Pietro Sampaio Mendes é secretário nacional de petróleo, gás natural e combustíveis e foi indicado pelo ministro Alexandre Silveira, que trava uma disputa pública com o presidente da estatal
Por Mariana Carneiro

BRASÍLIA – O juiz Paulo Cezar Neves Junior, da 21ª Vara Cível Federal de São Paulo, suspendeu, em decisão liminar, o presidente do Conselho de Administração da Petrobras, Pietro Sampaio Mendes, de suas funções, alegando conflito de interesses. Além de liderar o comitê de acionistas da estatal, Mendes é secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, do Ministério de Minas e Energia.

Na decisão, o magistrado afirma que ao observar as atribuições de Mendes no conselho e a sua missão no ministério, “extrai-se claramente que a ampla atuação da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis faz com que haja permanente e potencial conflito de interesses entre esse órgão e a Petrobras”.



Pietro Sampaio Mendes chegou ao posto indicado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Foto: Jefferson Rudy

Mendes chegou ao posto indicado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que trava uma disputa pública contra o presidente da estatal, Jean Paul Prates.

“É certo que a posição que o indicado atualmente ocupa o faz ser detentor de informações estratégicas e proponente de políticas públicas que têm relação direta

com as atividades desenvolvidas pela companhia, atraindo o conflito de interesses”, afirma o juiz.

Neves Junior afirma ser “evidente” que as políticas de governo muitas vezes conflitam com interesses das empresas.

“No caso, o potencial conflito de interesses existentes no exercício concomitante dos cargos de conselheiro (presidente) do Conselho de Administração da Petrobras e de secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, do Ministério de Minas e Energia do atual governo, é total e não apenas episódico”, conclui o magistrado.

O pedido de afastamento de Mendes do conselho foi feito em ação civil pública proposta pelo deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo-SP). Na causa, o parlamentar também reclamou que a indicação do executivo ao cargo infringiu o estatuto da companhia, uma vez que o nome dele não integrou uma lista tríplice elaborada por empresa especializada de recursos humanos. Esse pedido também foi acolhido pelo magistrado.

O mesmo juiz suspendeu outro conselheiro apontado pelo governo, o ex-ministro Sergio Rezende, uma escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A alegação foi a de que o nome de Rezende também não passou por lista tríplice.

Em nota, a Petrobras informou que vai recorrer “de forma a defender a higidez de seus procedimentos de governança interna, como tem atuado em outras ações em curso na mesma Vara questionando indicações ao Conselho”.

O Ministério de Minas e Energia informou que a União também pretende ingressar com recurso, e que a indicação e a nomeação de Mendes atenderam a todos os requisitos das Lei das Estatais.

“É importante esclarecer ainda não haver qualquer exigência, legal ou estatutária, que vincule a escolha para o referido cargo à formação de lista tríplice”, afirmou, em nota.

“Cabe explicitar que parecer da Secretaria Geral da Petrobras, órgão responsável também pelo acompanhamento e assessoramento das ações do Conselho de Administração da companhia, aponta não haver qualquer indício de conflito de interesse na atuação do referido conselheiro ao longo de sua presidência do órgão colegiado”, conclui.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/04/2024

APERAM MANTÉM INVESTIMENTO CONGELADO NO BRASIL POR CONTA DAS IMPORTAÇÕES DE AÇO DA CHINA

Empresa alega que em alguns nichos de aplicações de aço inox a participação do importado chega a ultrapassar 40%; empresa previa investir mais de R\$ 600 milhões em sua fábrica em Minas

Por Ivo Ribeiro

Pressionada pelo ritmo das importações de aço oriundas da China, a Aperam, principal fabricante de aço inoxidável da América Latina, decidiu manter suspenso um investimento superior a R\$ 600 milhões em sua fábrica em Timóteo (MG), na região do Vale do Aço. Esse aporte integra um pacote aprovado em 2022 para melhorias tecnológicas e enobrecimento do mix de produtos da empresa. Apenas parte foi realizada.

Frederico Ayres Lima, presidente da Aperam South America, disse ao Estadão que as importações desleais de aço chinês continuam em ritmo forte e aguarda que medidas sejam adotadas pelo governo federal, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), para conter a entrada desenfreada de material importado, “Esse desvio comercial, acelerado desde o início de 2023, vem penalizando a indústria”, diz.

O executivo ressalta que os primeiros meses deste ano ainda mostram um cenário preocupante por conta do excedente de oferta global e do crescimento fraco da demanda em mercados do Brasil e da América Latina. “Se nada for feito no curto prazo, vamos ter pela frente mais um ano difícil”, comentou Lima.

Em alguns nichos de aplicações do aço inox, segundo a Aperam, o material importado já ocupa mais de 40% do consumo aparente do mercado nacional - o dobro da média da indústria siderúrgica geral, que abrange outros tipos de aços, de automotivos ao vergalhão usado na construção civil. O inox tem diversos usos, que vão de produtos de decoração e cosméticos até nos setores naval, aeronáutico, hospitalar e destilarias de etanol.



Usina da Aperam em Timóteo (MG) Foto: Elvira Nascimento/Divulgação

Em outubro, preocupados com o aumento da entrada de aço de vários países, com destaque para China, Rússia e Coreia do Sul, representantes do setor pediram ao governo que adotasse uma tarifa emergencial de 25% para estancar as importações. Desde então houve várias reuniões com o ministro Geraldo Alckmin, do MDIC, com Fernando Haddad, da Fazenda, e diretores da Secretaria de Comércio Exterior.

Até o momento, apenas algumas atualizações de alíquotas foram realizadas na Câmara de Comércio Exterior (Camex), voltando a taxa a 10,8% na maioria dos tipos de aços, com zero efeito nas compras de aço do exterior. No caso do inox e dos aços elétricos, fabricados pela Aperam, as atuais alíquotas são de 12,6%. “São insuficientes para poder competir com o aço chinês que chega ao País”, reitera Lima. Ele lembra que Estados Unidos, México e recentemente o Chile adotaram tarifa de 25%, enquanto a União Europeia tem mantido medidas de salvaguardas.

Lima ainda nutre a esperança de que o governo se sensibilize com a situação e adote “medidas necessárias para preservar investimentos e empregos no setor de aço especial plano”, ramo de atuação da Aperam. Ele menciona, por exemplo, que o aço elétrico é essencial para a transição energética, pois é usado em motores e em estações de carregamento de baterias de carros elétricos.

Novo equipamento

A fase 3 do plano de investimento da Aperam, sem data prevista para ser retomada diante do atual cenário, contempla a instalação de novo laminador a frio de bobinas de aço e previa gerar 1,5 mil empregos temporários durante as obras. O equipamento, diz Lima, permitiria agregar valor em parte de sua produção de aços carbono (mais comuns), podendo fazer mais aço inox e elétrico.

Apesar do aumento dos importados, o executivo informa que a empresa concluiu no mês passado o investimento de R\$ 588 milhões na fase 2, de modernização do laminador a quente, que tem 850 toneladas de capacidade por ano. Toda a produção da Aperam no Brasil é inicialmente beneficiada



nesse equipamento. “Passamos a fazer material com espessuras e larguras que a instalação anterior não conseguia atingir”, diz.

No Brasil, a Aperam dispõe atualmente de capacidade para fazer 800 mil toneladas anuais de aço bruto. De produto acabado, o volume atinge 350 mil toneladas de inox, 150 mil de elétricos (divididos em dois tipos) e 200 mil de aço carbono.

No ano passado, segundo Lima, as vendas de aços inox e elétricos, em volume, tiveram crescimento inferior a 2% na comparação com 2022. Para este ano, a expectativa é similar. “Deveria ser pelo menos o dobro do Produto Interno Bruto (PIB), que, segundo a última projeção do boletim Focus, será de 1,9%.”

Com a retração de volume comercializado, aliada à queda de preços nos mercados local e internacional, principalmente do inox, o desempenho da subsidiária sul-americana registrou recuo de 24,5% no ano passado, com receita líquida de R\$ 6,31 bilhões. A última linha do balanço, divulgado no início do mês, trouxe lucro líquido de R\$ 394 milhões, 73% menor do que em 2022.

A Aperam South America faz parte do grupo Aperam, sediado em Luxemburgo e que tem como maior acionista a família Mittal, do empresário indiano Lakshmi Mittal, também controlador da gigante ArcelorMittal. Na Europa, a companhia tem operações na França e Bélgica. No total, tem capacidade de produzir 2,5 milhões de toneladas de aço inox e elétrico, em seis unidades de produção.

No ano passado, a receita líquida consolidada do grupo Aperam foi de € 6,59 bilhões, resultado da venda de 2,2 milhões de toneladas de aços especiais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/04/2024

A PEQUENA REVOLUÇÃO DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA: LIBERDADE DE ESCOLHA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O Brasil já é um dos países mais preparados para a nova economia verde global - e, com os instrumentos certos, pode se tornar ainda mais competitivo

Por Marina Grossi

O ano de 2024 começou com uma pequena revolução para os consumidores de energia elétrica. O mercado livre, que é o ambiente de compra e venda de energia em regime de contratação livre, passou a estar acessível para uma nova classe de consumidores - no caso, empresas do chamado grupo A, conectados em tensão acima de 2,3 quilovolts (kV) e com contas de energia a partir de R\$ 10 mil. Anteriormente, a opção de negociar a compra de energia elétrica só estava disponível para pessoas jurídicas com custos mensais de eletricidade a partir de R\$ 50 mil, com demanda superior a 500 quilowatts (kW).

A medida traz efeitos positivos tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental, ajudando a democratizar o acesso a energias renováveis, a um custo competitivo - ao escolher seu fornecedor de energia, este consumidor consegue baratear o valor da tarifa em até 40%. O mercado livre de energia foi criado no Brasil em 1995 e, de lá para cá, vem ampliando sua base de clientes. Hoje são cerca de 37 mil consumidores adeptos a esse modelo de contratação, e a previsão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), viabilizadora do modelo, é chegar a 24 mil novos consumidores em 2024. Desde o início do ano, mais de 3 mil pequenas e médias empresas já notificaram o encerramento com distribuidoras de energia elétrica para migrar para o mercado livre de energia.

A ideia é que no futuro o mercado livre de energia inclua também os consumidores de baixa tensão, o chamado Grupo B, que engloba residências, pequenos comércios e indústrias e propriedades rurais, consolidando o ambiente de contratação livre, com liberdade de escolha para uma classe mais abrangente de consumidores. Hoje, muitos consumidores desse grupo já optam por produzir a

própria energia em sistemas de geração distribuída, que têm sido, nos últimos anos, impulsionadores da expansão da energia solar no Brasil.

Ao se tornarem mais acessíveis para a população, tanto o mercado livre quanto a expansão da geração fotovoltaica podem ser ferramentas para a transição energética, ampliando a presença de fontes de energia predominantemente renováveis na matriz elétrica nacional, a custos competitivos. Esse potencial foi identificado no estudo “Os Caminhos do Setor Empresarial Brasileiro na Transição Energética Nacional”, lançado em maio de 2023 pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que traz insights importantes em relação ao entendimento do setor empresarial em relação às oportunidades da transição para fontes de baixa emissão de carbono.



Painéis de energia solar na represa Billings, em São Paulo Foto: Jorge Silva/Reuters

O estudo mostra que há um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia no Brasil, e as empresas consumidoras vêm fazendo um esforço concentrado para contratação no mercado livre de projetos renováveis, para a autoprodução de energia renovável ou, em alguns casos, para a compra de certificados de energia renovável. As condições existentes hoje já favorecem a adesão em massa a modelos mais sustentáveis, pois

há um benefício econômico para as empresas consumidoras aderirem a essas opções, assim como para as empresas geradoras desenvolverem projetos de energias renováveis.

Na questão específica da ampliação do mercado livre de energia, o Cebds reconhece que existem discussões e aperfeiçoamentos a serem feitos - entre eles, a justiça tarifária, pois a busca pela eficiência energética e pela competitividade precisa ser equilibrada com a garantia de tarifas justas para todos os consumidores, sem penalizar aqueles que optarem por se manter no mercado cativo. Isso vai desafiar o setor a encontrar soluções que alinhem o crescimento sustentável com a equidade tarifária.

Superados esses desafios, trata-se de um passo a mais para preparar o país para realizar a transição justa para uma economia net zero e com impacto positivo para a natureza até 2030. Como sinaliza o documento final da COP-28 de Dubai, o mundo precisa triplicar a capacidade global de energias renováveis até 2050 e dobrar a taxa média anual de eficiência energética até 2030. Com uma matriz elétrica composta por 89,7% de energias renováveis, e a energética, com 47,7%, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), já somos um dos países do mundo mais preparados para esse momento - e, com os instrumentos certos, podemos ser ainda mais competitivos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/04/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

MARGEM DIREITA DO PORTO DE SANTOS PODE SER AMPLIADA, COM INCLUSÃO DA ‘VILA DOS CRIADORES’

No local, há uma ocupação irregular, com cerca de 9 mil pessoas, que serão transferidas para residências adequadas, condição que fará parte da contrapartida exigida do futuro arrendatário

Por Victor Meneses, Valor — São Paulo



Canal de navegação entre Santos e Guarujá, no litoral paulista — Foto: Divulgação/Autoridade Portuária Porto de Santos

(Texto foi alterado para corrigir a informação de que a decisão para a ampliação da margem direita do Porto de Santos já havia sido tomada. A Autoridade Portuária de Santos retificou a informação, declarando que apenas foram iniciados os estudos para uma possível expansão da margem direita do porto).

O Ministério de Portos e Aeroportos deu início aos estudos para a inclusão da chamada "Vila dos Criadores" na área de jurisdição da Autoridade Portuária de Santos (APS). Com a possível aprovação, o parque portuário ganharia mais um local à beira-mar, o último disponível para expansão na margem direita, que seria um terminal nos moldes do que se propunha para o STS 10, um mega terminal de contêineres..

A Vila dos Criadores, com uma área total de 420 mil metros quadrados, fica junto ao Rio Casqueiro, no limite do município de Santos com Cubatão, entre o estuário e a rodovia Anchieta, no bairro Alamoia. No local, há uma ocupação irregular, com cerca de 9 mil pessoas, que serão transferidas para residências adequadas, condição que fará parte da contrapartida exigida do futuro arrendatário da última área não explorada da margem direita do Porto.

Analistas do Itaú BBA afirmam que, embora essa notícia possa ser vista de forma negativa, acreditam que não terá impacto nos fundamentos.

“Até o momento, não há informações oficiais sobre o aumento potencial de capacidade ou um cronograma para sua implementação. Semelhante ao projeto STS-10, este novo projeto potencial é uma iniciativa ‘greenfield’, mas enfrenta o desafio adicional de lidar com a questão da ocupação ilegal”, escrevem.

O banco acredita que, no curto e médio prazo, a demanda adicional no Porto de Santos deve ser suprida pelos terminais atuais e reforça que o momento dos ganhos da Santos Brasil não deve ser impactado por esta notícia.

O Itaú BBA manteve sua recomendação de compra para a Santos Brasil, com preço-alvo a R\$ 12,50. Há pouco, os papéis caíram 2,48%, cotados a R\$ 13,38.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/04/2024

COTADO PARA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA, MARCOS PEREIRA COMEMORA ANIVERSÁRIO COM PETISTAS, BOLSONARISTAS E MINISTROS DO STF

Comemoração ganhou tamanho e traços de campanha eleitoral

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

Pré-candidato à presidência da Câmara dos Deputados, o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) reuniu na noite de quarta-feira (10) em Brasília integrantes dos três Poderes em uma concorrida festa de aniversário, incluindo mais de uma dezena de ministros do governo Lula (PT), como Fernando Haddad (Fazenda), e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB).

Eventos deste tipo são comuns em Brasília, e o próprio Pereira já celebrou outros aniversários na capital, mas a comemoração este ano ganhou tamanho e traços de campanha eleitoral devido à sucessão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em fevereiro de 2025.



Deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) comemora aniversário em Brasília — Foto: Divulgação/Douglas Gomes

O parlamentar mostrou prestígio político, embora parte do público presente fosse inclusive de potenciais adversários, como os líderes do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), do PSD, Antonio Brito (BA), do PL, Altineu Côrtes (RJ), e do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), além do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (PP-PR).

Chamavam atenção os mais de dez ministros do governo Lula (PT) presentes no jantar. Pereira é presidente do Republicanos, partido que apoiou a reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas se aproximou do governo ano passado e é uma das alternativas estudadas pelo Palácio do Planalto para a sucessão de Lira.

Além de ministros ligados ao “Centrão”, como André Fufuca (Esportes), Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), a maioria era ligada ao PT, como Haddad, Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Luiz Marinho (Trabalho) e Jorge Messias (AGU).

Advogado, o deputado federal também recebeu dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) na celebração: Gilmar Mendes e Dias Toffoli – que chegou já quase no fim da festa e a estendeu por mais algumas horas numa rodinha de conversa com alguns parlamentares e o aniversariante.

Também compareceram em grande número deputados da esquerda e da direita, com o principal assunto nas rodas de conversa girando em torno da sessão, horas antes, que manteve preso o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) por 277 votos a 129.

Responsável por presidir a sessão, Lira chegou já mais para o fim da noite acompanhado do presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PB). Ambos negociam uma federação com o Republicanos, mas as tratativas só devem avançar após as eleições municipais.

Outra figura que atraía as atenções era o ex-deputado Eduardo Cunha, pai da deputada Dani Cunha (RJ), que está em vias de trocar o União Brasil pelo Republicanos presidido por Pereira.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 11/04/2024

EXCLUSIVO: DEV MINERAÇÃO PLANEJA INVESTIR R\$ 1,7 BI PARA RETOMAR OPERAÇÕES DO PROJETO FERRO AMAPÁ

Empresa pretende iniciar os trabalhos assim que obtiver a reativação das licenças ambientais, solicitadas hoje

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Mina da antiga MMX — Foto: Rich Press/Bloomberg

Antigo projeto da MMX, mineradora fundada por Eike Batista, e desativado há sete anos, o Projeto Ferro Amapá deu nesta quinta-feira (11) o primeiro passo para retomada das atividades de mineração no município de Pedra Branca do Amapari (AP), com investimentos estimados em US\$ 320 milhões (cerca de R\$ 1,7 bilhão ao câmbio atual) entre reativação da mina e da ferrovia usada para escoamento do minério

de ferro.

Dona do projeto desde 2019, a DEV Mineração, que pertence à Pedra Branca Alliance, uma joint venture entre a Indo Sino (de Cingapura) e a britânica Cadence Minerals, entregou nesta quinta-feira, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, os pedidos de reativação das licenças ambientais da mina e da ferrovia que liga Pedra Branca ao Porto de Santana. A DEV está a caminho de encerrar um processo de recuperação judicial.

Conforme a mineradora, os US\$ 320 milhões serão aplicados na reativação da mina e dos 190 quilômetros de trilhos que formam a ferrovia, cujas operações estão paralisadas desde 2019. As atividades no Porto de Santana também estão suspensas, desde 2014. A DEV planeja reconstruir o terminal, numa segunda etapa de investimentos.

A mina em Pedra Branca pode produzir seis milhões de toneladas por ano, com vida útil de 16 anos. A expectativa é iniciar os trabalhos assim que os órgãos ambientais derem seu aval, com a abertura potencial de 1,1 mil postos de trabalho diretos e 2,2 mil indiretos.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 11/04/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MOVIMENTAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO AUMENTA 20% NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 11/04/2024 - 21:11



Desde o início de 2023, o Porto de São Francisco do Sul vem registrando sucessivos recordes na movimentação de cargas

Entre janeiro e março, 4,5 milhões de toneladas passaram pelo terminal do norte catarinense, um aumento de 20% com relação ao mesmo período do ano passado, quando foram movimentadas 3,75 milhões de toneladas de mercadorias.

As exportações representaram 58% das cargas (2,6 milhões de toneladas), impulsionadas pelo embarque de soja (1,6 milhão) e milho (900 mil toneladas).

As importações, por sua vez, alcançaram 1,9 milhão de toneladas, equivalente a 42% da movimentação no trimestre. Os principais produtos foram os derivados do aço (1 milhão) e os fertilizantes (591 mil toneladas).

Soja é destaque em março

Os números dos três primeiros meses de 2024 foram confirmados após a autoridade portuária divulgar, esta semana, a movimentação de março (1,6 milhão de toneladas), 19,5% a mais do que no mesmo mês do ano passado (1,3 milhão).

O embarque de soja chegou a 927 mil toneladas, quase a totalidade das exportações (947 mil toneladas), já que em março não houve movimentação de milho. Entre as mercadorias importadas (526 mil toneladas), destaque para os produtos siderúrgicos (348 mil) e fertilizantes (189 mil).

Para o presidente do porto, Cleverton Vieira, o crescimento constante no volume de carga movimentada por São Francisco traz novos desafios, como garantir a manutenção adequada das infraestruturas terrestres e aquaviárias que estão sob a responsabilidade da autoridade portuária.

“Para isso, estamos promovendo novos investimentos, como a execução da obra de derrocagem de uma rocha no Berço 101, a recuperação da estrutura do Berço 201 e a elaboração do projeto de engenharia da dragagem de manutenção do canal de acesso ao Porto”, afirma Vieira, ressaltando os investimentos já contratados em equipamentos de segurança e tecnologia da informação que chegam a R\$ 21 milhões.

Recordes de 2023

Em 2023, a movimentação de cargas no Porto de São Francisco alcançou 16,8 milhões de toneladas, um recorde histórico, representando aumento de 33% com relação a 2022. Já entre os 10 maiores portos públicos do país, foi o que obteve o maior incremento na movimentação de mercadorias. E entre todos os 32 terminais públicos, alcançou o segundo maior percentual de crescimento.

No ano passado, São Francisco também liderou no crescimento do volume de cargas entre os portos catarinenses: incremento de 33%, seguido pela Portonave (+23%) e Itapoá (+20%).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/04/2024

INTERNATIONAL AKZONOBEL REGISTRA PROCURA INTERNACIONAL POR TINTAS E REVESTIMENTOS DE EMBARCAÇÕES DURANTE A NAVEGISTIC NAVALSHORE AMAZÔNIA

Por Steffanie Schmidt INDÚSTRIA NAVAL 11/04/2024 - 21:03



Foto: Steffanie Schmidt

Em poucas horas de abertura da Navegistic Navalshore Amazônia, a International, divisão da AkzoNobel voltada para o segmento de tintas de alto rendimento para embarcações, registrou várias prospecções de negócios, inclusive com visitas marcadas durante o período da feira realizada em Manaus (AM), de 10 a 12 de abril.

Na primeira edição, em 2023, o evento superou as expectativas da marca, com diversos negócios concretizados, o que motivou a empresa a apostar em uma experiência especializada para o cliente com a presença de todo o time de gerentes de especificação técnica durante a feira.

“Manaus é pra gente um dos melhores mercados. A região Norte, pra gente, é muito importante. A gente vende para toda a América Latina e o Amazonas está entre os três estados em termos de vendas, para nós”, afirma Giuliano Tramontini, diretor comercial da AkzoNobel,

Tramontini não descarta a possibilidade de alçar novos mercados a partir da Navegistic Navalshore Amazônia. “Já surgiu uma demanda de uma empresa que tem base fora do Brasil que nos viu aqui, veio e conversou e tivemos uma boa perspectiva de futuros negócios. É uma empresa com bases na Austrália, EUA e Brasil. Daqui a pouco estamos expandindo para o resto do mundo a partir daqui, Manaus (AM)”, afirma.

Qualidade

A percepção da marca pelo público local é um fator preponderante no reconhecimento da qualidade do produto, segundo Giuliano Tramontini. “As pessoas reconhecem a International como uma marca de muita qualidade e isso ficou muito claro durante nossa participação na feira. Muitos negócios

foram fechados ano passado, fomos surpreendidos positivamente com os retornos que tivemos”, afirma.

Criada em 1881, a marca International tornou-se sinônimo do mais elevado padrão de cuidados para todos os tipos de embarcações. É, hoje, um dos maiores fabricantes mundiais de tintas de alto rendimento para barcos, revestimentos para iates e proteção marinha.

“Sempre foi uma marca voltada pro mercado marítimo e, em função de toda a frota naval de transporte pelos rios, temos a distribuição muito forte no Norte”, explica Tramontini.

Sustentabilidade

Ao utilizar o poder das tintas e revestimentos para aproveitar a energia, refletir o calor, proteger as superfícies durante mais tempo, purificando o ar interior e reduzindo o arrasto nos navios, por exemplo, a International ajuda os clientes a diminuir o consumo de energia, aumentar a eficiência, diminuir o desperdício e melhorar a segurança, ao mesmo tempo em que é mais econômico.

Este é um dos passos da marca rumo à meta de redução de metade das emissões de carbono até 2030. Além disso, a International ambiciona atingir 50% das receitas provenientes de soluções sustentáveis; alcançar 100% de utilização circular de materiais; e capacitar mais de 100.000 pessoas em comunidades locais com novas habilidades.

“A sustentabilidade é um dos pilares da AkzoNobel. Além de produtos amigáveis ao meio ambiente, estamos sempre trabalhando por soluções sustentáveis na fabricação do produto, como a utilização de energia e eletricidade de fonte renovável; gestão de resíduos; e gestão de uso da água, por exemplo. A tecnologia mais limpas é um dos nossos grandes focos”, explica o diretor comercial da AkzoNobel.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/04/2024

PAINEL DISCUTE NAVEGABILIDADE NA AMAZÔNIA DURANTE A ESTIAGEM

Por Steffanie Schmidt **NAVEGAÇÃO** 11/04/2024 - 20:23



Segundo dia da Navegistic Navalshore Amazônia trouxe perspectivas para 2024 cuja perspectiva deve superar 2023

acontece de 10 a 12 de abril.

A publicação do edital para contratação de empresa responsável pela dragagem do rio Madeira no Amazonas deverá ocorrer dentro de até 20 dias, ainda no mês de abril, segundo anúncio feito pelo diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Erick Moura de Medeiros, durante o segundo dia da Navegistic Navalshore Amazônia, no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, em Manaus (AM). O evento

Com prazo de contratação previsto para julho, a empresa selecionada deverá dar início à operação de dragagem em agosto, período em que a estiagem começa a atingir o pico. Moura admite que o prazo não é o ideal, mas que já representa um avanço em relação ao ano passado.

O modelo de contratação de cinco anos, segundo Moura, deve garantir um trabalho permanente com alguma autonomia para utilização do saldo contratual da empresa, conforme a necessidade apresentada pelas condições de dragagem.

“O pagamento será atrelado à produtividade por volumetria de material dragado. Já sabemos que este ano também será difícil e estamos trabalhando com a régua de informações coletadas na estiagem do ano passado e colocando mais de um metro de folga”, explicou o diretor do Dnit.

O comportamento do rio Madeira é desafiador para a navegação: seu leito possui dunas de areia móveis que alteram a dinâmica hídrica do rio e são considerados sedimentos de fundo movimentados por arraste. A concentração pode chegar a 500 miligramas de sedimento por litro de água, segundo dados do Serviço Geológico do Brasil.

“O Madeira é um rio selvagem: o que se faz em um ano, no outro não vale mais. Temos que entender o rio constantemente. Serão cinco anos de aprendizado contínuo”, explica Erick Moura. Por conta disso, atrelado ao serviço de dragagem haverá também o de sinalização. “Quando se faz reparos na estrada, faz a sinalização também. Funcionará da mesma forma e, assim, teremos o esboço de uma hidrovia”, completa.

Relatos de pilotos durante o painel “Navegação interior - estratégias para navegabilidade durante a seca” registraram ainda a existência de 18 pontos críticos de pedrais, que representam perigo à segurança da navegabilidade no curso d’água.

Planejamento

O monitoramento pela equipe da Transpetro feito durante a estiagem de 2023 prevê um ano ainda mais desafiador. “Recebi a informação de que a quota do rio Solimões, em Iquitos (Equador), onde nasce, está a 30 cm da seca histórica registrada no ano passado”, declarou o diretor de Transporte Marítimo da Transpetro, Jones Soares.

Para isso, a empresa estatal já prevê a utilização do mesmo modus operandi realizado na Operação Codajás, em que o transbordo ship to ship garantiu o abastecimento contínuo de combustível em Manaus (AM).

Os impactos na redução da capacidade de transporte dentro da navegação de cabotagem que ficou sem aportar embarcações em Manaus durante um mês e meio ainda estão sendo sentidos pelo setor, segundo o diretor-executivo da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (ABAC), Luis Fernando Resano.

Para evitar os prejuízos, ele defende uma câmara de planejamento entre a sociedade, governo, Marinha e entidades representativas do setor, a fim de garantir um mínimo de previsibilidade e transparência nos dados. O Porto do Pecém, por exemplo, está a cinco dias da enseada do Madeira e foi o último ponto de parada das embarcações de cabotagem, durante a seca. Para planejar carga, carregamento, é necessário, segundo ele, dados seguros que permitam a operação.

Além disso, problemas enfrentados com a Receita Federal, que não autorizou o desembarque de mercadorias destinadas a Manaus em barcas, utilizando outro entreposto, gerou custos burocráticos que ele julga desnecessários. “Não podemos esperar o fator emergencial para fazer o planejamento”, afirmou Resano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/04/2024

EM UM ANO, ODIN MOTORES PROJETA DOBRAR FATURAMENTO NA REGIÃO NORTE

Por Steffanie Schmidt INDÚSTRIA NAVAL 11/04/2024 - 20:14



Foto: Steffanie Schmidt

Completando um ano de operação no mercado da Região Norte, a Odin Motores, Centro autorizado Volvo Penta, projeta mais que dobrar o faturamento na região este ano. Na estreia da Navalshore Amazônia em 2023, a empresa celebrou a venda do primeiro exemplar do motor D16 850 HP no Brasil, realizado em Manaus (AM), uma semana antes do evento. Este ano, a visibilidade alcançada pela marca já rendeu novos frutos.

“Este ano fizemos uma grande venda de 14 motores para um cliente e estamos vivenciando um momento de quebra de paradigmas: trouxemos a novidade dos motores eletrônicos para um mercado ainda muito fechado no motor mecânico, mas tenho visto uma boa aceitação do nosso produto”, afirma Felipe Caporali, diretor da Odin Motores.

Caporali ressalta que o custo de aquisição dos motores Volvo Penta, hoje, é o melhor do mercado. “Depois que o cliente entra na inovação, começa perceber que o consumo de combustível é menor, então ele vai vendo que vale a pena essa mudança”, explica.

Com a entrada em grande empresas locais, a Odin Motores passa a escalar o reconhecimento como uma representante de produtos e serviços Premium que entrega eficiência. A Odin Motores atende os mercados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com revenda e oficina mecânica, desde 2021.

“Manaus é um mercado com comportamento próprio e uma região que está bem aquecida. A própria feira é um reflexo disso: aumentou de tamanho e os organizadores foram muito felizes na união de dois grandes eventos (Navegistic e Navalshore Amazônia). Vejo que outras empresas que não estavam ano passado, este ano vieram aqui. A feira fez um bom barulho no mercado”, avalia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/04/2024

‘BR DOS RIOS’ DEVE SER 1º ANÚNCIO DA SNHN, AFIRMA DINO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 11/04/2024 - 18:26



Divulgação MPor

Indicado para comandar Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação disse que foco será atacar obstáculos ao desenvolvimento hidroviário em diferentes frentes

O diretor de navegação e hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Dino Antunes, foi indicado para chefiar a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), criada esta semana por meio de decreto, que entra em vigor a partir do próximo dia 29

de abril. Ele disse, nesta quinta-feira (11), que o chamado 'BR dos Rios' deve ser o primeiro anúncio a ser feito pela nova secretaria. O programa reunirá ações no sentido de desenvolver o setor hidroviário.

Antunes disse que essas ações envolverão o diálogo e o apoio de outros órgãos e ministérios, como o da Justiça, para discutir a segurança patrimonial da navegação no Norte, e da secretaria de PPI [Programa de Parcerias e Investimentos], Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Infra S.A para as concessões hidroviárias. Ele também citou a necessidade de interagir com a Marinha para debater temas como a formação de fluviários.

Para Antunes, as concessões hidroviárias serão uma grande ruptura para o setor. “Não dá para querermos resultados diferentes se fizermos tudo igual. Acho que as concessões hidroviárias serão uma grande resposta para dar perenidade e criar realmente hidrovias no Brasil, e não rios navegáveis. Essa é a proposta que temos trabalhado de maneira conjunta (...). Precisamos andar nessa agenda de colocar a iniciativa privada para trabalhar junto conosco no desenvolvimento de hidrovias”, afirmou, durante o evento de lançamento da SNHN, em Brasília.

O futuro secretário nacional de hidrovias e navegação ressaltou que nem todos os problemas serão resolvidos por meio de concessões, o que reforça a necessidade de manter a parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Ele lembrou a grande preocupação com a possibilidade de uma nova seca em 2024, assim como ocorreu no ano passado.

“Não temos dúvidas do trabalho que já fazemos junto com o DNIT. Temos certeza das dificuldades que enfrentamos, mas também que serão vencidas e vamos conseguir vencer situações que já se avizinham (...). Não podemos contar com a chuva, temos que estar preparados para dar resposta tempestivamente, e não correr atrás do prejuízo para fazer [obras] emergenciais”, defendeu.

Entre as demais questões a serem enfrentadas pela SNHN estão as dificuldades que as empresas brasileiras de navegação (EBNs) têm tido com demora no ressarcimento do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) relacionado às contas vinculadas. Antunes também citou como desafio viabilizar financiamentos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) também para setor de infraestrutura aquaviário, com foco principal na navegação e construção de instrumentos que possibilitem uso do fundo setorial pela navegação interior de passageiros e de cargas acompanhadas.

O futuro secretário de hidrovias acrescentou que o governo ainda precisa entregar a regulamentação do BR do Mar (Lei 14.301/2022) e que o apoio offshore também tem demandas a serem debatidas. “Existem diversas pautas que já temos trabalhado e precisamos continuar a trabalhar. Mas, certamente, terão prioridade as hidrovias no Brasil. Espero que, ao final desse período, eu seja lembrado pela BR dos Rios”, projetou Antunes.

Dino Antunes Dias Batista é servidor de carreira, com ampla experiência no setor aquaviário. Durante sua apresentação, ele lembrou que, no governo passado, sua imagem ficou bastante associada aos debates do BR do Mar, quando ele era porta-voz do então Ministério da Infraestrutura (atual MPor) sobre o tema, sendo presença certa nos principais painéis que discutiram as mudanças e impactos do programa de cabotagem. “A orientação [no último governo] era dar atenção à cabotagem. Isso resultou no BR do Mar colando muito na minha imagem. Espero que, depois desse período, a imagem saia do BR do Mar e cole a nova imagem, que será o ‘BR dos Rios’. Essa agora é nossa orientação”, disse Antunes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/04/2024

SECRETARIA DE HIDROVIAS ENTRA EM VIGOR DIA 29 DE ABRIL

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 11/04/2024 - 16:58



Foto: Eduardo Oliveira (Divulgação MPor)

Dino Antunes Batista, atual diretor de navegação e hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos, foi indicado para chefiar a SNHN, que será vinculada à pasta

A recém-criada Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação entra em vigor no próximo dia 29 de abril de 2024. A SNHN vai dar prioridade às hidrovias do país, a fim de desenvolver os atuais 20 mil km de hidrovias economicamente navegáveis, com potencial estimado em mais de 40 mil km. O atual diretor de navegação e hidrovias do MPor, Dino Antunes Batista, foi indicado para chefiar a secretaria, cuja estrutura regimental foi criada pelo decreto 11.979, publicado na última terça-feira (9).

O MPor informou que o orçamento da pauta hidroviária está sendo trabalhado pela pasta e que agora o governo federal está focado em criar condições para colocar hidrovias e a navegação definitivamente na agenda política do país. O governo federal pretende investimentos da ordem de R\$ 4,1 bilhões no modal do novo PAC até 2026. De acordo com o ministério, 126 milhões de toneladas de cargas foram movimentadas navegação interior em 2023.

A pasta também destacou a sustentabilidade do modal, na medida em que seriam necessários 258 vagões ou 515 carretas para transportar o equivalente a 1 comboio de barcaças. O ministério e a

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) também trabalham nas concessões de hidrovias, por meio do plano geral de outorgas (PGO) hidroviário.

O ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que a secretaria foi criada para avançar na agenda do desenvolvimento. Ele defendeu que o foco precisa ser majoritariamente na agenda hidroviária para que seja possível avançar nas parcerias público-privadas (PPPs) das outorgas. Segundo Costa Filho, existe uma 'dívida histórica' com setor hidroviário brasileiro que começa a ser paga. "O Brasil precisava mais do que nunca colocar na ordem do dia nacional a agenda hidroviária brasileira", afirmou o ministro, nesta quinta-feira (11), durante evento de lançamento da SNHN, em Brasília.

Na ocasião, o ministro disse que a agenda hidroviária trará competitividade através desse modal, além de estimular a indústria naval brasileira e fomentar novas cadeias produtivas no país. Ele acrescentou que as hidrovias dialogam com a agenda do Ministério do Planejamento e Orçamento, que prevê cinco rotas de integração sul-americana, cujo papel é incentivar o comércio do Brasil com os países da América do Sul e reduzir o tempo e o custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e diferentes mercados externos (projeto Rota Rondon).

Costa Filho destacou que o ministério vai investir mais de R\$ 500 milhões em dragagem em 2024. Por conta disso, ele reforçou a necessidade de aumentar a proximidade e integração com o Ministério dos Transportes e com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), responsável pela execução de obras de dragagem e sinalização. Ele lembrou do desafio de, nos próximos meses, avançar no Plano Geral de Outorgas Hidroviárias (PGO), que priorizou seis projetos de concessões: Hidrovia do Rio Madeira; Hidrovia do Tapajós; Hidrovia Amazonas/Barra Norte; Hidrovia do Paraguai; Hidrovia Brasil-Uruguaí; e Hidrovia do Tocantins.

Carteira

Dos R\$ 4,1 bilhões na carteira de investimentos do novo PAC para o modal no período 2024-2026, estão previstos R\$ 2,3 bilhões para o plano de monitoramento hidroviário e R\$ 1,5 bilhão para cinco ações de dragagens e derrocagens, além de R\$ 155 milhões para intervenções relacionadas a eclusas e R\$ 123 milhões voltados para outras 15 ações em IP4s (instalações portuárias públicas de pequeno porte).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/04/2024

ÁREA PARA 'NOVO STS-10' SERÁ INCORPORADA À POLIGONAL DE SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 11/04/2024 - 12:28



Divulgação APS

Ministério de Portos e Aeroportos, autoridade portuária e prefeitura acertaram inclusão da Vila dos Criadores na margem direita do porto

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) ampliará a poligonal do Porto de Santos (SP), incorporando uma área para instalação de uma nova versão do projeto do STS-10, terminal vocacionado para a movimentação de contêineres. O MPor informou, na última quarta-feira (10), que será incluída na área jurisdicional da

autoridade portuária a Vila dos Criadores, com anuência da prefeitura de Santos. O local é considerado o último trecho para expansão na margem direita do canal do complexo portuário.

240411-area-vila-dos-criadores-sts-10-divulgacao-aps.jpg O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, lembrou que o planejamento prevê adensamentos na BTP e na Santos Brasil, além de ações para melhorar a relação porto-cidades, como a transferência do terminal de cruzeiros (Concais) para o trecho do Ecoporto, integrando ao Parque Valongo, que terá

um espaço de visitação pública. Pomini ponderou que existe uma preocupação com a necessidade de aumento da capacidade de contêineres, mas dentro de uma visão abrangente do porto.

A Vila dos Criadores, com uma área total de 420 mil metros quadrados (m²), fica junto ao Rio Casqueiro, no limite do município de Santos com Cubatão, entre o estuário e a Rodovia Anchieta, no bairro Alamoá. De acordo com a APS, no local há uma ocupação irregular, com cerca de 9 mil pessoas, que serão transferidas para residências adequadas. Esta condição fará parte da contrapartida exigida do futuro arrendatário.

A desocupação também visa endereçar uma solução para o passivo ambiental de um antigo depósito de lixo na região. Para o ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, a inclusão desta área municipal no porto organizado terá a vantagem de, ao mesmo tempo, resolver um problema social e atender às necessidades de expansão do maior porto do hemisfério sul. “Todos ganham, a comunidade e todo o setor de logística portuária brasileiro”, declarou após reunião com Pomini.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/04/2024

ASIA SHIPPING ADQUIRE FATIA EM STARTUP E INCORPORA SOLUÇÕES COM IA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 11/04/2024 - 11:32



Arquivo/Divulgação

Com transação, integradora logística passa a contar com plataforma com inteligência artificial da Dati voltada para operações de comércio exterior

A Asia Shipping adquiriu parte da startup catarinense Dati, que conta com uma plataforma em nuvem com inteligência artificial (IA) voltada para operações de comércio exterior. A integradora de logística passa a contar uma plataforma digital completa, que automatiza a rotina na importação com uso de IA abrangendo a

cadeia de suprimentos, desembaraço, logística internacional e logística nacional. Por meio da IA e do Machine Learning, a plataforma é capaz de gerir e se comunicar de forma autônoma com todo o ecossistema de importação e exportação agindo de maneira proativa e preventiva, a partir da análise de dados.

A solução incorporada aos processos da Asia Shipping cuida, age, questiona, informa e toma decisões estratégicas para beneficiar os negócios. “Trata-se de um serviço diferente de tudo que existe no mercado e que promete transformar o setor globalmente, ao unir todas as informações necessárias em um único local. A automação de até 87% da importação com o uso de inteligência artificial trará mais eficiência e agilidade”, detalhou o CEO da Asia Shipping, Alexandre Pimenta. O valor da transação não foi revelado.

O CEO da Dati, Daniel Martins, acrescentou que os processos vigentes no mercado brasileiro passarão por uma revolução, a partir da transição gradual para a Declaração Única de Importação (Duimp), que substituirá a antiga declaração de importação. Segundo o executivo, haverá uma mudança de paradigma na maneira como as operações comerciais internacionais são encaradas. Ele destaca que a solução tem a capacidade de automatizar as principais operações envolvidas no departamento de comércio exterior, desde a emissão do pedido de compra até a geração da nota fiscal de entrada no estoque.

“Essa automação abrangente proporciona uma significativa eficiência operacional aos importadores, simplificando e acelerando todo o processo de importação, permitindo maior controle e agilidade no gerenciamento das operações de comércio exterior”, disse Martins. Ele considera que a aquisição também representa uma oportunidade de expansão internacional, num momento em que existe uma busca por aumento de eficiência a partir da abordagem de ponta a ponta proporcionada pela DUIMP.

“Os dados gerados a cada compra ou venda ao exterior serão analisados e armazenados em único lugar, gerando insights que farão a diferença para a tomada de decisões”, ressaltou o CEO da Dati.

O CEO da Asia Shipping disse que a empresa não descarta novas aquisições nos próximos anos. Segundo Pimenta, o investimento em tecnologia de ponta tende a crescer ao longo deste ano, acompanhando a velocidade do mundo digital e a revolução promovida pela IA, especialmente após o lançamento dos modelos generativos. “Queremos garantir melhorias sistêmicas que impulsionem o crescimento dos negócios sem burocracia. Nossa meta é agressiva em relação à adoção de novas tecnologias”, afirmou.

No ano passado, a Asia Shipping atingiu uma taxa de 22,42% de crescimento, atribuída à recuperação de algumas indústrias e do investimento em novas tecnologias. Para 2024, a expectativa da empresa é crescer, pelo menos, o dobro do mercado. Essa meta depende do desempenho de alguns setores, como: linha branca, placas fotovoltaicas e automotivo. A multinacional brasileira Asia Shipping está em 12 países. A empresa aderiu ao Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA) e ao Pacto Global da ONU.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/04/2024

FALTA DE ORDENAMENTO HIDROVIÁRIO NO AMAZONAS É UMA REALIDADE QUE IMPACTA OPERAÇÕES E CRESCIMENTO DO SETOR

Por Steffanie Schmidt NAVEGAÇÃO 11/04/2024 - 09:47



Painel de Segurança no primeiro dia da Navegistic Navalshore Amazônia pauta debate entre atores

Um dos poucos rios do mundo navegáveis por embarcações de pequeno a grande porte, o Amazonas hoje requer um ordenamento hidroviário que torne seguro o investimento crescente nessas operações. Somente em 2023, foi registrado um prejuízo de R\$ 100 milhões fruto de roubo de mercadoria no segmento de combustível, que serve de base para alimentar o garimpo ilegal no rio Madeira.

Os dados da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani) levantam uma discussão crucial para operadores e investidores do segmento.

PUBLICIDADE

“Precisamos do ordenamento que transforme esses rios navegáveis em hidrovias, para que possa dar segurança ao ribeirinho que depende das águas às operações que garantem, por exemplo, o abastecimento de cidades inteiras”, afirma o presidente da Abani, Dodó Cavalho.

Em 2023 foram registrados nove ataques nos rios do Amazonas sendo três consolidados como roubo de combustível, segundo informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-AM).

A partir do reposicionamento estratégico das três bases de operação fluvial da SSP e investimento em equipamentos de segurança para a Polícia Militar feito este ano, ainda não houve registro de ocorrências. “Estamos conseguindo não apenas combater o tráfico e os crimes de pirataria, mas também de biopirataria em todas as calhas de rio para levar segurança para as comunidades”, afirma o coronel Marcus Vinícius Oliveira de Almeida, secretário de Segurança Pública do Amazonas. No entanto, a necessidade para cobertura de 25% da área navegável do Amazonas é de nove bases flutuantes e quatro terrestres, de acordo com o próprio secretário.

Insegurança climática



A insegurança pela falta de uma hidrovia na região afeta ainda o ponto estratégico para a região: a Zona Franca de Manaus. Em 2023, durante a seca histórica que afetou os rios da região, o abastecimento do Distrito Industrial de Manaus. Trinta e cinco empresas, das mais de cem instaladas no polo industrial, deram férias coletivas a 17 mil funcionários durante a estiagem.

“Não fosse o apoio da Transpetro, armador nacional, na operação com descarga de entre navios e balsa e embarcações, teria faltado combustível em Manaus”, afirmou Carvalho, durante o painel que discutiu a segurança no primeiro dia da feira da Navegistic Navalshore Amazônia. “Quem mais sofreu foi o distrito. Isso só ressalta a importância da navegação para o desenvolvimento da região”, completou.

Hoje, o Amazonas ostenta um PIB na faixa de R\$ 120 bilhões, oriundo, principalmente do efeito ZFM. Para Jose Sandro da Mota Ribeiro, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), a questão hidroviária deve ser tratada como prioritária pelo Governo Federal, uma vez que se insere dentro das premissas de desenvolvimento da região, previstas na lei de incentivo fiscal em que se baseia a Zona Franca de Manaus.

“A discussão da BR 319, que reativamos em 2019, não é mais importante do aquilo que já temos, de forma natural, que são os rios. Eles é que projetam tudo do interior para o mundo, para o mercado internacional”, afirmou.

A vantagem competitiva do modal aquaviário é um fator que torna o Brasil um país diferencial em questões logísticas, principalmente por suas dimensões continentais. É o que avalia Jones Soares, diretor de Transporte Marítimo da Transpetro. Durante o evento em Manaus (AM), ele reforçou que as questões de segurança interna das operações de transbordo, de padrões consolidados de uso de Equipamentos de Segurança (EPIs) são uma grande contribuição da estatal para as operações na região.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/04/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 11/04/2024